

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL



RELATÓRIO E CONTAS 2016

Obras da Misericórdia

Corporais

- Dar de comer a quem tem fome
- Dar de beber a quem tem sede
- Vestir os nus
- Dar pousada aos peregrinos
- Assistir os enfermos
- Visitar os presos
- Enterrar os mortos

Espirituais

- Dar bom conselho
- Ensinar os ignorantes
- Corrigir os que erram
- Consolar os tristes
- Perdoar as injúrias
- Suportar com paciência as fraquezas do próximo
- Rezar a Deus por vivos e defuntos



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL

Caro Irmão

Antes de mais, as nossas melhores saudações.

Vimos dar conta da publicação da Lei nº16/2001 de 22 de Junho, que os sujeitos passivos de imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS) podem fazer uma consignação fiscal, equivalente a 0,5% do imposto liquidado com base nas declarações anuais de rendimentos, a favor de uma **Pessoa Colectiva de Utilidade Pública de fins de beneficência**, assistência ou humanitários ou de uma **Instituição Particular de Solidariedade Social**, onde a **nossa Instituição** se enquadra.

Importa, desde já referir que essa consignação fiscal não representa para o contribuinte qualquer pagamento adicional, significando apenas que **0,5% do imposto** já liquidado às Finanças e pago pelo contribuinte, em vez de reverter para os cofres do Estado podem reverter a favor da **Santa Casa da Misericórdia de Vila Real**

No campo destinado ao **NIPC / Contribuinte** da **Instituição Particular de Solidariedade Social**, coloque o seguinte número: **500 843 090**

**ASSIM, ESTE ANO, QUANDO ENTREGAR A DECLARAÇÃO DE IRS,
DECIDA-SE SER SOLIDÁRIO!**

**PARA ISSO, NA SUA DECLARAÇÃO DE IRS, BASTA PREENCHER O MODELO 3 DO IRS, NA FOLHA
DE ROSTO, TAL COMO PASSAMOS A MOSTRAR:**

11	CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS/CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO		
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS			
Instituições religiosas (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)	<input type="checkbox"/>	1101	NIF 5 0 0 8 4 3 0 9 0 IRS <input checked="" type="checkbox"/> IVA <input type="checkbox"/>
Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º 6, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)	<input type="checkbox"/>		
Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14.º, n.ºs 5 e 7 da Lei n.º 35/98 de 18 de julho)	<input type="checkbox"/>	1102	
Instituições culturais com estatuto de utilidade pública (art.º 152.º do CIRS)	<input type="checkbox"/>	1103	

Na impossibilidade de identificar cada um individualmente, manifestamos aqui a nossa profunda gratidão a todos os Irmãos que já nos possam vir a apoiar por este meio.

*Com muita estima
psé Joaquim Dias Gomes*



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Índice

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2016	4
CAPÍTULO I -ENQUADRAMENTO	4
Introdução.....	4
CAPÍTULO II –RESPOSTAS FINANCIADAS	8
2.1 – Infância e Juventude	8
2.1.1 – Creche.....	8
2.1.2 – Jardim de Infância.....	13
2.1.3 Lar – Escola Florinhas da Neve.....	18
2.1.4 Centro de Apoio à Vida – Florescer.....	22
2.2 – Terceira Idade - Respostas Sociais (Seniores).....	26
2.2.1 Centro de dia.....	26
2.2.2 – Serviço de Apoio Domiciliário/ADI.....	26
2.2.3- Lar da Imaculada Conceição	33
CAPÍTULO III – OUTRAS ATIVIDADES	36
3.1 – Lar Hotel.....	36
3.2 – Saúde	38
3.3 – Emergência Alimentar - Cantina Social.....	39
3.4 – Quinta do Rendeiro	42
3.5. Santa Casa da Misericórdia de Vila Real.....	43
3.5.1. Órgãos Sociais.....	43
3.6. Estruturas Orgânicas da SCMVR.....	44
CAPÍTULO IV –RELATÓRIO E CONTAS.....	45
RELATÓRIO DE GESTÃO CONTAS.....	45
Demonstrações financeiras.....	45
Relatório e Contas 2016.....	46
4.1 Balanço.....	47
4.2 Demonstração de Resultados por Natureza.....	48
4.3 Demonstração de Fluxos de Caixa	49
4.4 Análise da Atividade e da Posição Financeira da Instituição	50
4.4.1 Análise Económica.....	50
Notas explicativas do Exercício.....	50
Aspetos mais significativos.....	50



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Análise de Rendimentos	51
Análise de Gastos.....	54
4.4.2 – Resultado Líquido.....	56
4.5 Estrutura da Posição Patrimonial da Instituição.....	57
4.5.1 Estrutura do Balanço	57
4.5.2 Disponibilidades	57
4.6 Evolução da dívida da Instituição	58
4.6.1 Dívidas de curto prazo	58
4.6.2 Dívidas de Longo prazo	58
5. Orgânica da Instituição por Respostas Sociais/Atividade:	59
5.1 Utentes/Recursos Humanos/ Rendimentos e Gastos	59
5.1.2 Análise Grupo Infância Juventude	60
5.1.3 Análise Grupo Terceira Idade	62
5.1.4 Análise Lar Hotel.....	65
5.1.5 Análise Unidade de Cuidados Continuados	66
5.1.6 Análise Resposta Social – Apoio à Comunidade – Cantina Social	67
5.1.7 Outras Atividades.....	68
6 - Considerações Finais	69
6.1 Relatório de Atividades e Gestão ... em Conclusão:	69
7 - MAPAS ANEXOS	71
8 – ANEXO ÀS CONTAS.....	72



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2016

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO

Introdução

Transcorrido o ano de 2016, o primeiro do nosso novo mandato, que coincidiu com o Ano Santo da Misericórdia – que não das Misericórdias, como alguns entenderam - lançando um olhar retrospectivo sobre os seus 366 dias – e o Relatório de Atividades é isso mesmo – confesso que muitos acontecimentos merecem um registo “ad perpetuam rei memoriam”.

O Relatório dos números, que constituem as contas de 2016, foi feito por quem, com muita competência, se embrenhou, dia-a-dia, nessa floresta de algarismos, supervisionada pelo nosso Revisor Oficial de Contas e sob o olhar atento do nosso Irmão Tesoureiro, sempre vigilante, porque sempre presente.

Mas, o Relatório não pode, nem deve ser só isso: uma explicação das receitas e das despesas, mas um retrato de uma atividade que, custando, assim, tantos milhares de Euros, se traduziu, momento a momento, em planos e projetos, em ocupações e preocupações, em sucessos e insucessos, em alegrias e tristezas, em ganhos e perdas ... imateriais!

1 - Por isso, aqui, vamos registar, para a posteridade, o que de mais significativo aconteceu na Santa Casa da Misericórdia:

- Tomada de posse dos Órgãos Sociais para um mandato de 4 anos;
- Arranjo de uma nova “Residência” para as utentes do Centro de Apoio à Vida, a cumprir, já em pleno, a sua missão;
- Utilização do Palacete das Virtudes para o Refeitório Social, após a preparação de espaços condignos para as refeições;
- “Divisão” entre a Creche e o Jardim de Infância, com direções independentes, com vista a favorecer um acompanhamento mais próximo a famílias e crianças;
- Remodelação da Equipa Formadora, no Lar Escola Florinhas da Neve, para garantir o pleno funcionamento desta meritória obra social;
- Arrendamento dos dez apartamentos reconstruídos nas Casas da Rua Madame Brouillard, a cujo empreendimento demos o nome de “Nova Villa da Fé”;
- E, pela primeira vez, se conseguiu o arrendamento total do nosso prédio na Rua do Carmo, em Lisboa, após a transformação de escritórios em alojamento;



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

- Obtidas as almeçadas licenças de habitabilidade dos edifícios, que as não possuíam: Lar Imaculada da Conceição, em Lordelo; Lar Escola Florinhas da Neve; Creche e Jardim de Infância;
- Entrega nos Serviços de Obras da Autarquia do projeto de ampliação da Cozinha do Lar Imaculada Conceição;
- Registo de Compromisso da nossa Irmandade nos Serviços Centrais da Segurança Social;
- Atenção aos Recursos Humanos, com a adesão, por iniciativa própria, à recente Convenção Coletiva de Trabalho 2016, negociada, pela União das Misericórdias; com a oferta de cartão de saúde Multicare; e com a Formação Profissional, orientada pelo Instituto de Formação Profissional, após assinatura de um protocolo conjunto;
- Atribuição do grau de Benemérita a duas Senhoras benfeitoras: Madame Brouillard e D. Margarida Paulino;
- Pedido de auditoria, social e económica, aos serviços especializados da União das Misericórdias para “perguntarmos se não estamos a correr em vão”;
- Edição de Livros: “Florinhas da Neve – 90 anos de Vida”, da autoria do nosso Irmão Dr. Joaquim Ribeiro Aires e “A Natureza das Misericórdias e Ser Irmão da Misericórdia” pelo, também nosso Irmão, Dr. Rui Rebelo. E proporcionámos ao Dr. António Adérito Conde a consulta aos nossos arquivos, colaborando, assim, para a publicação da Obra da sua autoria: Madame Brouillard – Quiromante e Benemérita – Uma história (de) Vida, título do 17º Caderno Cultural – IV Série, editado pelo Grémio Literário Vila-Realense – Câmara Municipal, em Outubro de 2016.

2 – Mas, queremos registar, também, o que de desagradável e doloroso aconteceu:

- Saída das três Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição que, ainda, se mantinham no Lar Escola, acompanhando maternalmente as Florinhas;
- Falecimento de Irmãos: José Luís Martins Coutinho, Tomás Rebelo Espírito Santo, António Cândido Taboada, António Vicente Ferreira, Sílvio Joaquim Francisco Ferreira Teixeira, Antero Alberto Pomar dos Santos, Jorge Sebastião Vaz e José Albino de Sousa Cruz;
- Renúncia de um Irmão Mesário, ao qual queremos prestar a justa homenagem pela sua dedicação e profundo empenho na missão que lhe fora confiada;
- Fragilidades detetadas no Prédio da Rua do Carmo, em Lisboa;
- Contrariedades, doenças, lutos ...



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

3 – Mas, permitam individualizar estas notícias:

3.1 – Ampliação da Cozinha Central

No final deste elenco de acontecimentos e realizações, e, antes de terminar esta introdução ao Relatório de Despesas e Receitas, não podemos deixar de dar a notícia, relativa a um projeto, sempre prometido e sempre adiado, mas não abandonado: a remodelação da cozinha do Lar Imaculada Conceição para a tornar Cozinha Geral. Conhecidas, por demasiadamente repetidas, as razões deste nosso sonho e do seu sucessivo adiamento, neste final de ano, já podemos avançar com a notícia de que o respetivo projeto da autoria dos Serviços Técnicos do SUCH (Serviços de Utilização Comuns dos Hospitais) deu entrada no Serviço de Obras da Câmara Municipal, onde aguarda despacho.

Por outro lado – pelo lado do financiamento – estamos atentos ao que poderá vir do Programa Portugal 2020, tendo, para o efeito, contratado um gabinete para ir preparando o processo.

3.2 – Prédio de Lisboa

E incontornável se torna incluir aqui, nesta introdução, um outro capítulo referente ao Prédio da Rua do Carmo, em Lisboa. E vamos individualizar esta apreciação pelos melhores motivos – o rendimento – mas, como não há rosa sem espinhos, também pelas preocupações e despesas que tem provocado, devido a infiltrações frequentes de águas. Porque, há umas grandes áreas subterrâneas, sempre houve possibilidade de infiltrações, aliás já previstas no contrato de arrendamento com a Footlocker.

Mas, desde que, na encosta posterior de uma das colinas de Lisboa, foram construídas umas escadas e implantada uma fonte, as infiltrações tornaram-se mais frequentes e mais abundantes.

O que, naturalmente, motivou reclamações dos inquilinos e, como não podia deixar de ser, grandes gastos com as tentativas de, pelo interior daquelas galerias, obviar a prejuízos emergentes.

Mas, um mal nunca vem só! Quando se faziam esses trabalhos de “remendagem” alguém alertou para o estado de fragilidade ou corrosão das lajes do teto desses túneis que, saindo para fora do alinhamento vertical do edifício, penetram na encosta.

Ainda antes desta “descoberta”, já se haviam contactado as entidades responsáveis para aquela Zona de Lisboa – Câmara Municipal, Junta de Freguesia do Sacramento, Gabinete do Chiado e EPAL (Empresa Pública das Águas de Lisboa), responsabilizando-as pelos prejuízos.



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Tornando-se inconclusiva tal diligência queremos informar que foi contactada uma Sociedade de Advogados de Lisboa, para agir de acordo com as necessidades:

- Reunir com aquelas entidades, apurar responsabilidades e, eventualmente, mover uma ação para pedido de indemnizações.

_____x_____

Após esta longa introdução, vamos expor-nos à apreciação da Irmandade, ora, reunida em Assembleia Magna, reconhecendo, também, antecipadamente, as nossas falhas.

E se nos perguntarem se voltaríamos a fazer tudo da mesma forma, certamente que a resposta seria negativa, embora, no essencial, reconheçamos ter tentado fazer o melhor.

Prosseguiremos, procurando assinalar a nossa casa com algo de diferente, em que a “Qualidade” seja uma meta marcante, e bem vincada! Queremos dar mais conforto, tanto aos mais pequenos, como aqueles aos quais já poucos dias lhes restam – Faz parte do nosso Compromisso!

E, daqui para diante, o Relatório de Atividades continua através dos retratos das nossas respostas sociais, aqui, expostas pelas respetivas Diretoras, com a apreciação da nossa Técnica Oficial de Contas, Dra. Susana Pereira, a “revisão” do Professor Doutor Fernando Ledo.

E, agora, convidamo-lo a visitar as nossas Obras Sociais.

Somos uma Irmandade. Somos os responsáveis por um Património material e imaterial de uma entidade pentassecular, que começou e existe para fazer o bem, compendiado nas 14 Obras de Misericórdia.

Essas Obras, ou parte delas, hoje, na nossa Instituição, traduzem-se em apoio à infância e juventude, aos idosos, doentes e desprovidos de estrutura familiar.

Bem gostaríamos que os irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real conhecessem as estruturas e o funcionamento dessas respostas sociais, que as conhecessem por **fora** e por **dentro**, os edifícios e a vivência interior.

Mas, ao menos, queremos dá-las a conhecer através de uma análise estatística, qual fotografia tirada à distância, à qual falta a respiração e o movimento.

Ficariamos insatisfeitos se vertêssemos esse movimento todo, anual, somente através da aridez de uns números, que, em certos casos, podem ser, até, desanimadores ...

É que há muita vida, muita dedicação, muitos sacrifícios por detrás desses algarismos.

Como amostra, como desafio, aqui estão, uma a uma, a nossa Obra Social!



CAPÍTULO II – RESPOSTAS FINANCIADAS

2.1 – Infância e Juventude

INFÂNCIA E JUVENTUDE – Congrega as respostas para crianças e jovens:

- Creche, Resposta Social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionado para o apoio à criança e à família
- Jardim de Infância, Resposta Social, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família, destina-se a Crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.
- Lar de Infância Juventude, Resposta social, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes, destina-se a Crianças e jovens em rutura familiar, social e em risco, sem qualquer contexto de apoio institucional e suas famílias.

2.1.1 – Creche

A creche “constitui uma das primeiras experiências da criança num sistema organizado, exterior ao seu círculo familiar, onde irá ser integrada e no qual se pretende que venha a desenvolver determinadas competências e capacidades” (Manual dos processos chave:02). O manual de processos chave para a creche serve de suporte ao próprio funcionamento da resposta social e também ao educador. Nota-se cada vez mais uma preocupação crescente com os primeiros anos de vida da criança e além disso, o “[...] reconhecimento da importância desta fase do desenvolvimento da criança enquanto indivíduo” (Manual dos processos chave:2).



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

“A Creche funciona num ambiente responsável pela proteção da saúde física e mental das crianças que a frequentam e pretende dar continuidade aos cuidados prestados pela família favorecendo, entre outras, a satisfação das necessidades emocionais, de atenção, de descoberta, de formação do eu em relação com o outro e de desenvolvimento da auto estima.”

(Artigo 2º Regulamento Interno)

São objetivos específicos da creche:

Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;

Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças, num clima de segurança afetiva e física durante o afastamento parcial do seu meio familiar, através de um atendimento individualizado;

Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças;

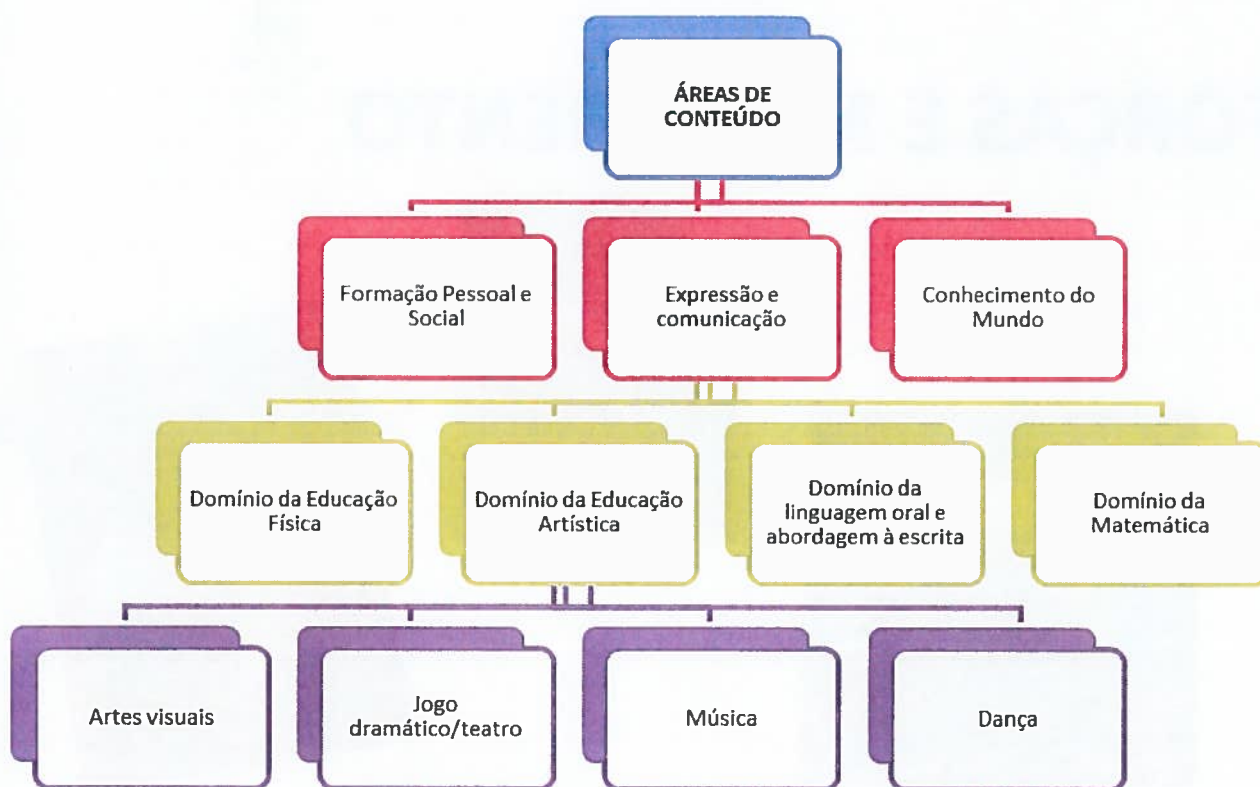
Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, assegurando o seu encaminhamento adequado.

(Regulamento interno 2015)



Princípios pedagógicos:

“... haja uma unidade e sequência em toda a pedagogia para a infância e que o trabalho profissional com crianças dos zero aos seis anos tenha fundamentos comuns e seja orientado pelos mesmos princípios, que constituem uma base comum para o desenvolvimento da Ação pedagógica em Creche e Jardim de Infância. Tais fundamentos e princípios traduzem uma determinada perspetiva de como as crianças se desenvolvem e aprendem destacando-se a qualidade do clima relacional em que educar e cuidar estão intimamente interligados.”





Santa Casa da Misericórdia de Vila Real



PROJETO EDUCATIVO



PROJETOS PEDAGÓGICOS



FORÇAS E MOVIMENTO



Seres vivos

Tempos de ciência...Raízes
de curiosidade



Água



LUZ



Objetos e materiais



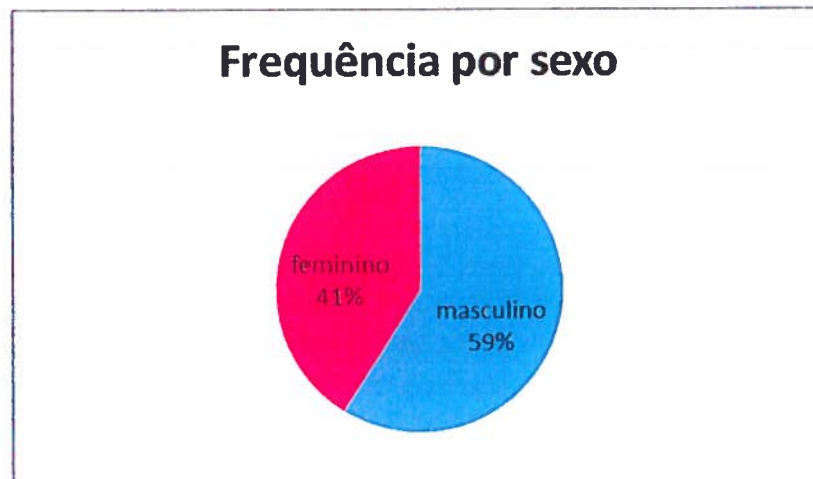
Este equipamento Social destina-se a acolher crianças dos 3 até aos 36 meses de idade, com uma capacidade total de 124 crianças distribuídas por 11 salas de diferentes faixas etárias, 3 de berçário, 4 de aquisição da marcha a 24 meses e 4 de 24 a 36 meses.



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Distribuição por faixa etária

<u>Idades</u>	<u>Nº de salas</u>	<u>TOTAL DE CRIANÇAS</u>
3 meses até aquisição da marcha	3	21
Aquisição da marcha a 24 meses	4	43
24 a 36 meses	4	60
Total	11	124



Como podemos verificar existe uma maior percentagem de utentes do sexo masculino.

2.1.2 – Jardim de Infância

A educação pré-escolar, conforme estabelecido na Lei -Quadro da Educação Pré- Escolar, Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, destina-se a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a entrada na escolaridade obrigatória, constituindo a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida. (Despacho n.º 9180/2016 de 19 de julho)



O jardim de infância dispõe de uma capacidade total de 123 crianças distribuídas por 5 salas de atividades.



JARDIM DE INFÂNCIA

São objetivos específicos do jardim de Infância:

Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências da vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;

Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;

Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem

Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas

Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação estética e compreensão do mundo;

Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;

Proporcionar à criança ocasiões de bem-estar e de segurança nomeadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;

Preparar a criança para o ingresso no ensino básico fomentando hábitos de atenção, estudo e trabalho;

Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança;

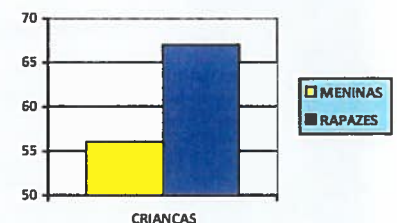
Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

(Regulamento Interno:2016)

DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS:

	IDADES		
	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS
SALA 1		15	10
SALA 2	13	09	03
SALA 3	25		
SALA 4	08	08	09
SALA 5		12	11
	123 CRIANÇAS		

A) POR IDADES



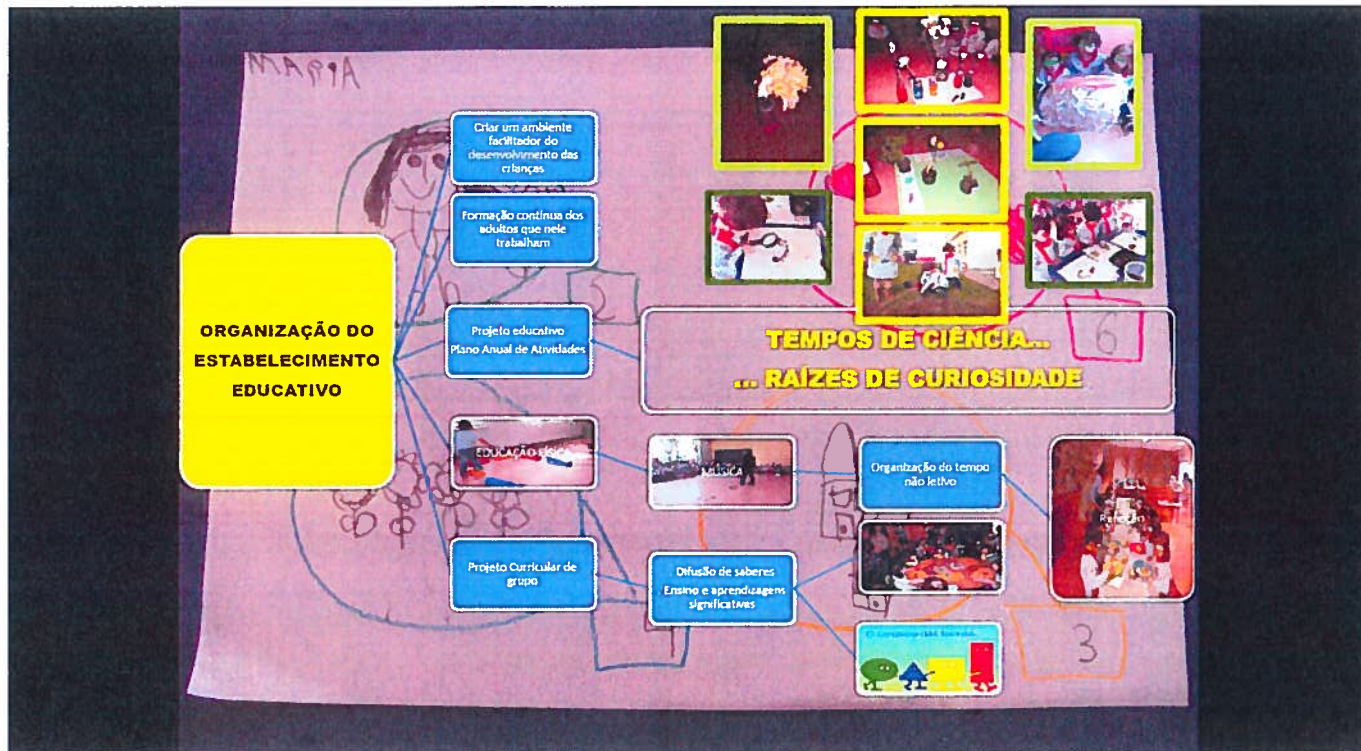
B) POR SEXO



PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS...

Garantir um tempo de qualidade e de bem-estar para as crianças

(Projeto educativo ano letivo 2016.2017)



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

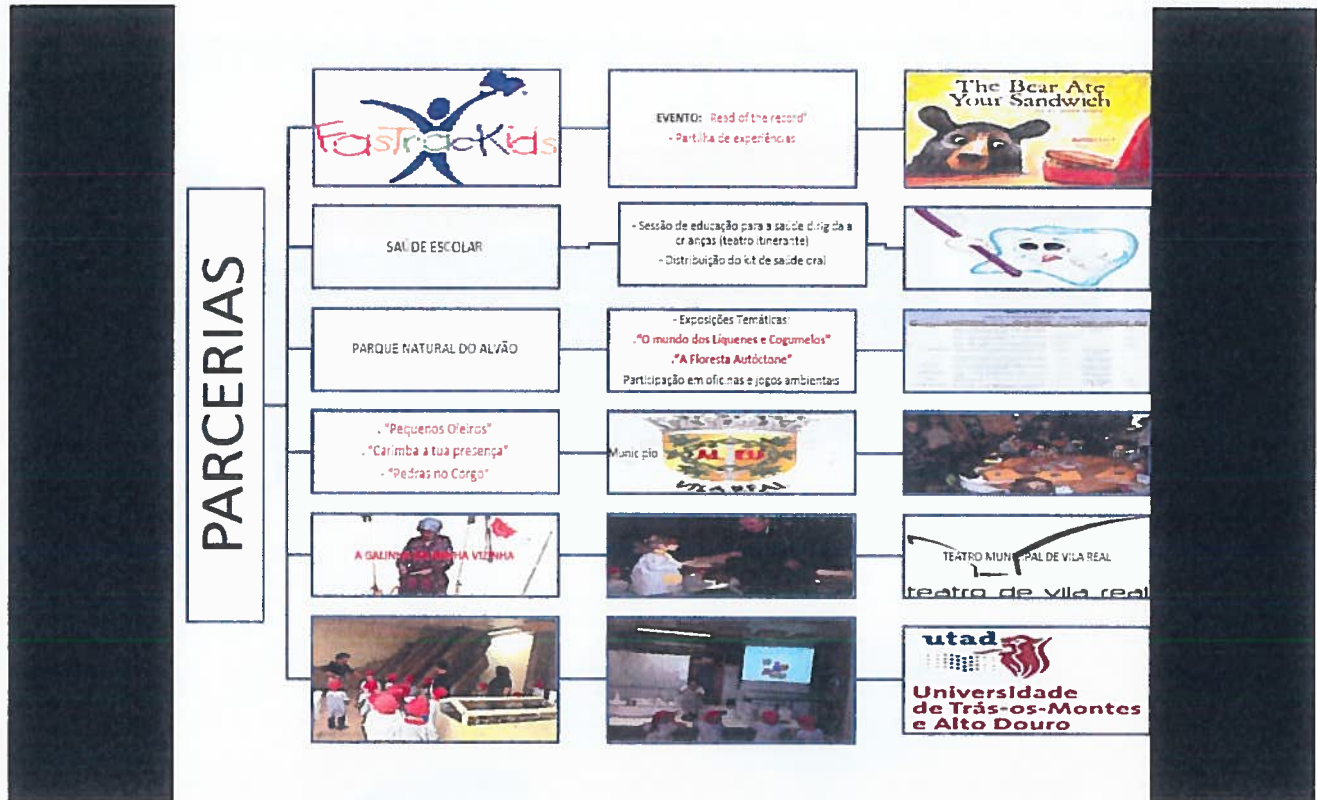
- Dia do animal (04outubro)
- Dia mundial da alimentação(14outubro)
- Convívio de S. Martinho(12novembro)
- Dia mundial da cultura científica(24 novembro)
- Festa de Natal (15dezembro)
- Dia de Reis (06janeiro)
- Entrudo (05fevereiro)
- DIA Do PAI (21março)
- DIA DA ÁGUA(22março)
- Dia da árvore(23março)
- Dia do livro infantil (04abril)
- DIA Da MÃE (02maio)
- Dia da energia(30maio)
- DIA MUNDIAL DA CRIANÇA (01junho)
- Viagem de Final de ano(03junho)
- Festa de Finalistas
- Semana de encerramento das Atividades educativas (20 a 24 junho)





Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

“O mais importante é que a criança seja capaz de desenvolver as suas potencialidades, fortalecer a sua autoestima, resiliência, autonomia e autocontrolo, criando condições favoráveis para que tenha sucesso na etapa seguinte” (OCEPE/2016)





Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

“O tempo das atividades de animação e de apoio à família será marcado por um processo educativo informal, tratando-se de um tempo em que a criança escolhe o que deseja fazer, não havendo a mesma preocupação com a necessidade de proporcionar aprendizagens estruturadas...”

(Circular nº17//DSCD/DEPEB/2007)

Educação Física

- A contribuição da atividade psicomotora no processo pedagógico é desenvolver a criança na sua globalidade, tendo em vista o aspeto motor, mental, psicológico, social, cultural e físico, auxiliando desta forma o processo natural de aprendizagem.

O que se pretende com o ioga?



INICIAÇÃO DE INGLÊS

Conteúdos temáticos

(Adaptados a cada faixa etária)

- Formas de cumprimentar
- Os números
- As cores
- A família
- A escola
- O corpo humano
- Os animais
- Diversas festividades

Estratégias:

- Realização de jogos
- Audição/Entoação de canções
- Desenhar/Colorir
- Trabalhos de corte e colagem
- Visualização de filmes
- Leitura de histórias/Contos
- Utilização de CD-ROM Educativos



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

2.1.3 Lar – Escola Florinhas da Neve

CARACTERIZAÇÃO DOS UTENTES DO LAR- ESCOLA FLORINHAS DA NEVE Ano 2016

População Alvo:

- 40 Utentes do Lar de Infância e Juventude- Florinhas da Neve

Dados Estatísticos:

Caracterização dos utentes em função do género:

Género	Total
Masculino	3
Feminino	37
Total	40

Género dos Utentes

Origem dos 40 utentes	
Vila Real	14
Chaves	8
Ribeira de Pena	1
Mondim de Basto	2
Alijó	3
Sabrosa	1
Sta. Marta de Penaguião	1
Vila Pouca de Aguiar	3
Mesão Frio	3
Murça	3
Rio Tinto	1
Total	40

Idades dos Utentes

Idades dos utentes	
Menos de 1 ano	1
Até 9 anos	10
10 a 15 anos	14
16 a 20 anos	12
Mais de 21 anos	3
Total	40



Tempo de Permanência na Instituição

Tempo de permanência	
Menos de 1 ano	9
Até 5 anos	19
6 a 10 anos	7
11 a 15 anos	5
16 a 20	0
Total	40

Crianças com irmãos na instituição	
Sim	7 Fratrias de 2 irmãos
	1 Fratria de 3 irmãs

Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção

Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção	
Regulação das Responsabilidades Parentais	3
EMAT/Segurança Social	27
CPCJ Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	10
Total	40

Nível de Ensino Frequentado

Nível de Ensino frequentado	
Em Instituição	1
Creche	6
Jardim de Infância	1
1º Ciclo do Ensino Básico	3
2º Ciclo do Ensino Básico	4
3º Ciclo do Ensino Básico	8
Secundário	3
Curso Profissional	11
Outros	3
Total	40



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Dados Estatísticos de Entradas em 2016

– Caracterização dos utentes em função do género:

Género	Total
Masculino	1
Feminino	9
Total	10

Entradas em 2016 em função do género

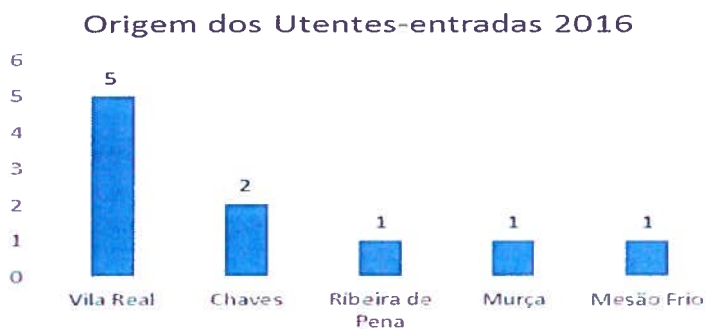
Entrada de utentes - 2016				
Data Nascimento	Idade	Data Admissão	Tempo Permanência	Origem
28.07.2006	9 anos	07.01.2016	Menos de 1 ano	Mesão Frio
10.02.2003	12 anos	13.01.2016	Menos de 1 ano	Chaves
20.03.2006	9 anos	18.02.2016	Menos de 1 ano	Vila Real
23.03.2008	7 anos	18.02.2016	Menos de 1 ano	Vila Real
04.03.1999	17 anos	08.03.2016	Menos de 1 ano	Vila Real
08.09.2000	15 anos	08.03.2016	Menos de 1 ano	Vila Real
10.05.2002	14 anos	01.06.2016	Menos de 1 ano	Vila Real
05.08.2015	12 meses	05.08.2016	Menos de 1 ano	Murça
03.10.2004	11 anos	29.09.2016	Menos de 1 ano	Ribeira de Pena
29.08.2016	2 meses	17.10.2016	Menos de 1 ano	Chaves
Total - 10 Utes				



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Origem dos Utentes que entraram em 2016

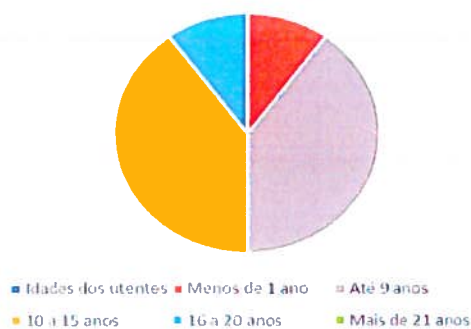
Origem dos 10 utentes	
Vila Real	5
Chaves	2
Ribeira de Pena	1
Murça	1
Mesão Frio	1
Total	10



Idades dos Utentes que entraram em 2016

Idades dos utentes	
Menos de 1 ano	1
Até 9 anos	4
10 a 15 anos	4
16 a 20 anos	1
Mais de 21 anos	0
Total	10

Título do Gráfico



Motivo de internamento dos Utentes em 2016 *	
Exposição a modelos de comportamentos desviantes	1
Negligência/ Ausência de suporte familiar	2
Instabilidade Familiar/Dificuldades no exercício das responsabilidades parentais	2
Outras Situações	5
Total	10

***NOTA:** Quase todos os utentes têm mais de uma problemática associada aos motivos do seu acolhimento, daí que se apresentem as problemáticas dominantes.



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Dados Estatísticos de Saídas em 2016

Número de Crianças/Jovens que saíram do LIJ em 2015	10
---	----

Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção	
EMAT/Segurança Social	8
CPCJ Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	2
Total	10

Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção

Motivo da Saída dos Utentes em 2016*	
Autonomização	4
Adoção	3
Reintegração na Família Nuclear	2
Transferência de Instituição	1
Total	10

2.1.4 Centro de Apoio à Vida – Florescer

CARACTERIZAÇÃO DOS UTENTES DO CAV - FLORES CER

Ano 2016

População Alvo:

- **Acolhimento:** 4 Utentes (3 delas com 1 filho e 1 utente grávida)
- **Acompanhamento:** 4 utentes (3 com 1 filho e 1 utente grávida)

Dados Estatísticos:

Origem das 4 utentes de Acolhimento	
Alijó	1
Oliveira de Azeméis	2
Seixal	1
Total	4



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Origem dos Utentes de Acolhimento Gráfico:

Origem dos 4 utentes de Acompanhamento	
Vila Real	1
Régua	1
Santa Maria da Feira	1
Nacionalidade Brasileira	1
Total	4

Idades das utentes Acolhimento		Idades dos bebés em acolhimento com as mães	
16 anos	3	3 meses	1
17 anos	1	7 meses	1
		9 meses	1
Total	4	Total	3

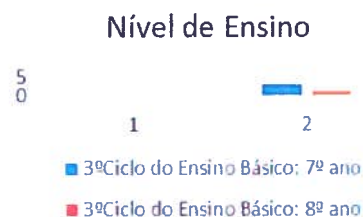
Idades dos utentes Acompanhamento		Idades dos filhos	
17 anos	1	10 meses	
28 anos	1	7 meses	
35 anos	1	5 meses	
39 anos	1	(Grávida)	
Total	4		

Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção das utentes em Acolhimento	
EMAT/Segurança Social	2
CPCJ Comissões de Proteção de Crianças e Jovens	2
Total	4

Entidade Responsável pelo Encaminhamento das utentes em Acompanhamento	
CPCJ Comissões de Proteção de Crianças e Jovens Vila Real	2
Procurou o CAV depois de ter conhecimento pelo jornal	1
Centro de Saúde n° 2 (Mateus)	1
Total	4

Entidade Responsável pelo Encaminhamento das utentes em acompanhamento Gráfico:

Nível de Ensino frequentado pelas utentes de Acolhimento	
3ºCiclo do Ensino Básico: 7º ano	3
3ºCiclo do Ensino Básico: 8º ano	1
Total	4

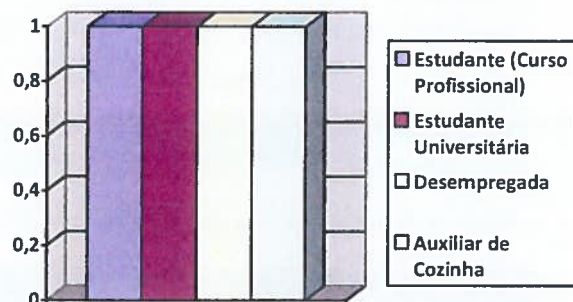




Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Nível de Ensino Frequentado pelas utentes em Acolhimento Gráfico:

Atividade Ocupacional das utentes em Acompanhamento	
Estudante (Curso Profissional)	1
Estudante Universitária	1
Desempregada	1
Auxiliar de Cozinha	1
Total	4



Dados Estatísticos de Entradas em 2016

Entrada de utentes em Acolhimento 2016					Filhos das utentes/Gravidez	
Data Nascimento	Idade	Data Admissão	Tempo Permanência	Origem	Data Nascimento	Idade
10-05-2002	14 anos	08-02-2016	Menos de 1 ano	Vila Real	29-03-2016	9 meses
25-12-2000	16 anos	30-09-2016	Menos de 1 ano	Sanfins do Douro	Grávida	
04-03-2000	16 anos	30-09-2016	Menos de 1 ano	Oliveira de Azeméis	30-03-2016	9 meses
30-11-2000	16 anos	13-10-2016	Menos de 1 ano	Seixal	29-09-2016	3 meses
Total - 4 Utentes					Total bebés: 3	

Origem dos 4 utentes de Acolhimento	
Vila Real	1
Alijó	1
Oliveira de Azeméis	1
Seixal	1
Total	4

Origem dos Utentes de Acolhimento que entraram em 2016

Entrada de utentes em Acompanhamento 2016					Filhos das utentes/Gravidez	
Data Nascimento	Idade	Data Admissão	Tempo Permanência	Origem	Data Nasc.	Idade
21-01-1988	28 anos	01-02-2016	Menos de 1 ano	Vila Real	16-05-2016	7 meses
12-07-1981	35 anos	07-04-2016	Menos de 1 ano	Brasileira	22-07-2016	5 meses
07-05-1977	39 anos	25-08-2016	Menos de 1 ano	Régua	Gravida	
Total - 3 Utentes					Total 2 bebés	



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Motivo de Internamento dos Utentes em Acolhimento em 2016 *	
Negligência/ Ausência de suporte familiar	1
Instabilidade Familiar/Dificuldades no exercício das responsabilidades parentais	2
Suspeita/Abuso Sexual	1
Total	4

Motivos de Internamento dos Utentes em 2016

Motivo do encaminhamento das Utentes em Regime de Acompanhamento em 2016 *	
Ausência de suporte familiar	2
Instabilidade Familiar/Exposição a comportamentos desviantes	1
Total	3

***NOTA:** quase todos os utentes têm mais de uma problemática associada aos motivos do seu acolhimento, daí que se apresentem as problemáticas dominantes.

Dados Estatísticos de Saídas em Acolhimento em 2016

Número de Jovens que saíram do CAV 2016	1
---	---

Entidade Responsável pelo Processo de Promoção e Proteção	
EMAT/Segurança Social	1
Total	1

Dados Estatísticos de Saídas em Acompanhamento em 2016

Número de Jovens mães que saíram do CAV 2016	1
--	---

Entidade Responsável pelo Encaminhamento	
CPCJ Comissões de Proteção de Crianças e Jovens Vila Real	1
Total	1

Entidade Responsável pelo Encaminhamento

Motivo da Saída dos Utentes em Acolhimento em 2016	
Transferência para LIJ	1

Motivo da Saída dos Utentes em 2016

Motivo da Saída dos Utentes em Acompanhamento em 2016	
Bebé retirado à família	1



2.2 – Terceira Idade - Respostas Sociais (Seniores)

Enquadramento

A evolução da população e da sua pirâmide etária tem sofrido mudanças acentuadas e significativas, traduzindo-se numa inversão da pirâmide, ou seja, num forte envelhecimento da população. Esta lógica enfatiza de uma forma muito pronunciada a importância crescente das respostas dirigidas à população idosa e simultaneamente a necessidade de associar novos cuidados pelo crescente aumento das situações de dependência e de necessidade de cuidados especiais, decorrente do aumento da esperança média de vida.

Ciente desta realidade, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real tem feito um esforço na qualificação das suas respostas e serviços no recurso a novas competências internas e externas, apontando novos caminhos e novas ações no cumprimento das necessidades dos mais idosos e das suas famílias.

2.2.1 Centro de dia

O Centro de Dia é uma resposta social desenvolvida no edifício do Lar Imaculada Conceição, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para o bem-estar dos idosos no seu meio sociofamiliar. É uma Resposta Social que se destina a acolher pessoas idosas, de ambos os sexos, para a satisfação das suas necessidades básicas. Proporciona uma alimentação cuidada, presta cuidados de higiene e conforto e desenvolve atividades que fomentem o convívio propiciando a animação social e a ocupação dos tempos livres simultaneamente com os utentes residentes no Lar Imaculada Conceição.

2.2.2 – Serviço de Apoio Domiciliário/ADI

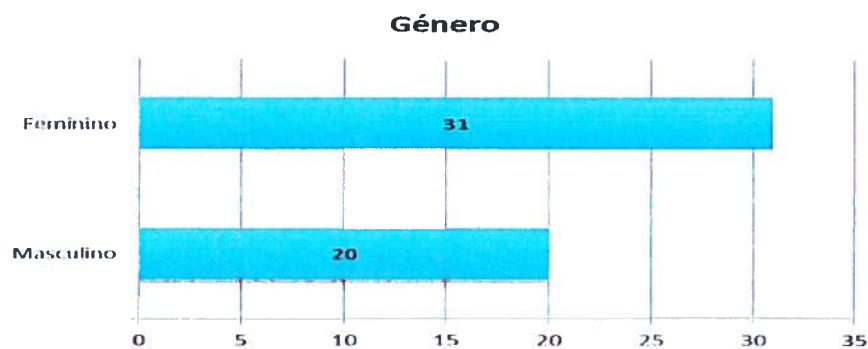
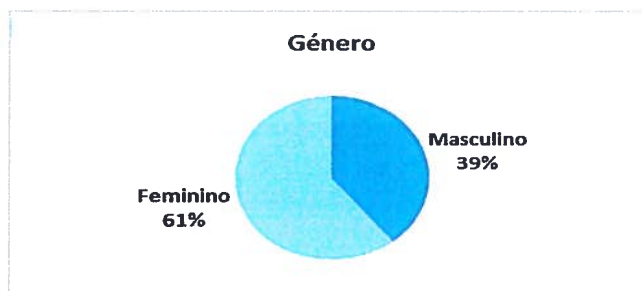
O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio a indivíduos e famílias quando por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária, isto é, é a ajuda prestada por parte de outrem a uma pessoa com dificuldades em realizar as suas tarefas e necessidades



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

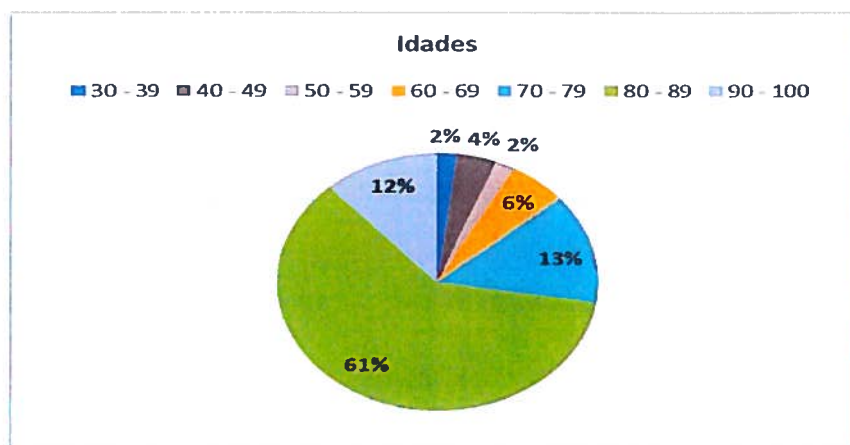
1. Caracterização dos utentes quanto ao género:

Género	Total
Masculino	20
Feminino	31



2. Caracterização dos utentes quanto à idade:

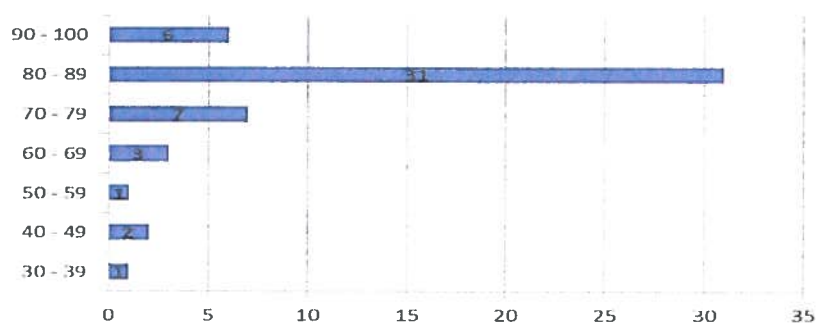
Idades	Total
30 - 39	1
40 - 49	2
50 - 59	1
60 - 69	3
70 - 79	7
80 - 89	31
90 - 100	6





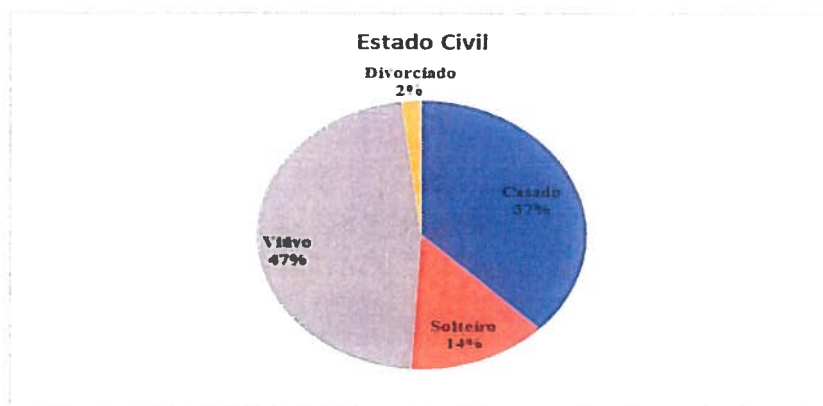
Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Idades

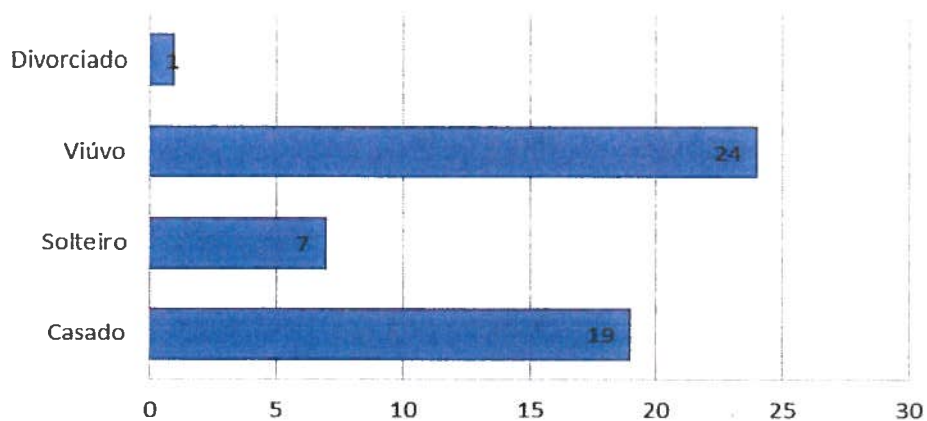


3. Caracterização dos utentes quanto ao estado civil:

Estado Civil	Total
Casado	19
Solteiro	7
Viúvo	24
Divorciado	1



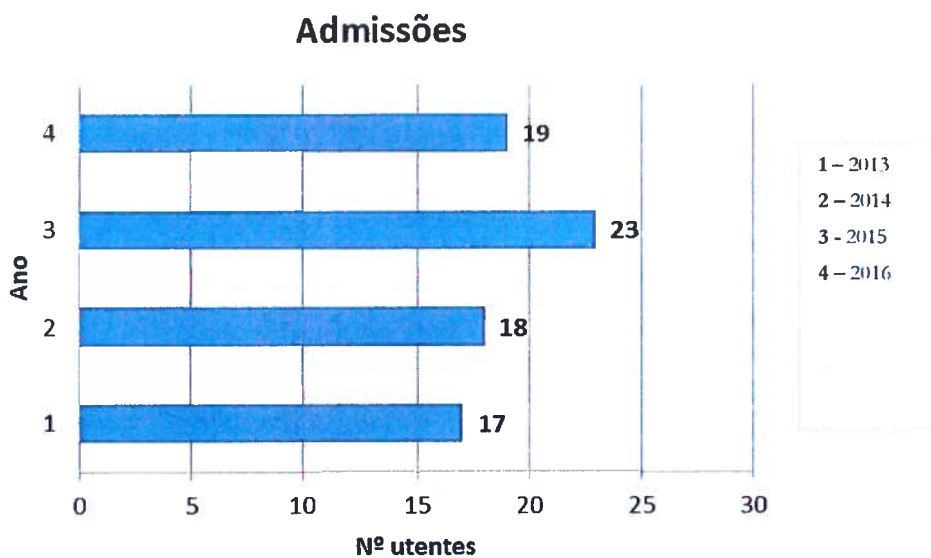
Estado Civil





4. Número de admissões por ano:

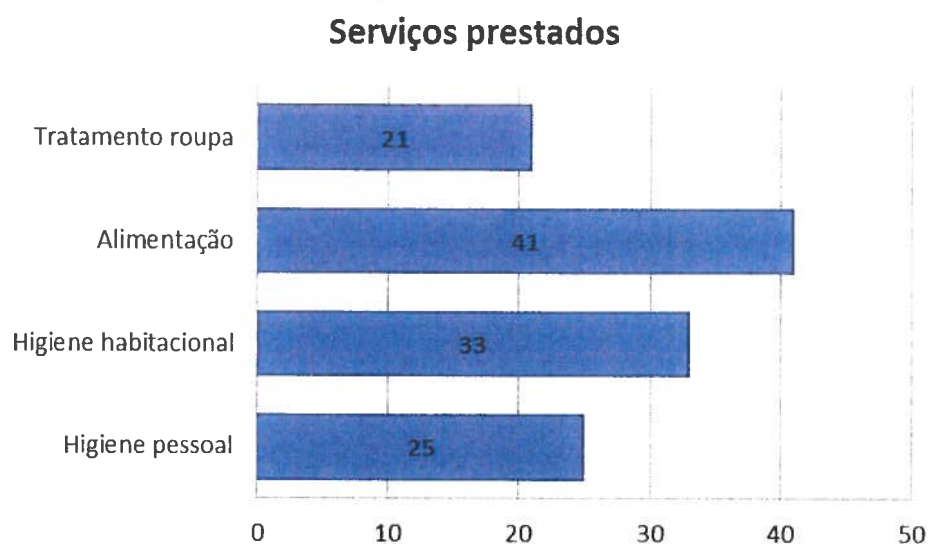
Ano de admissão	Nº de utentes
2013	17
2014	18
2015	23
2016	19





5. Número de utentes por serviço:

Serviços	Total
Higiene pessoal	25
Higiene habitacional	33
Alimentação	41
Tratamento roupa	21

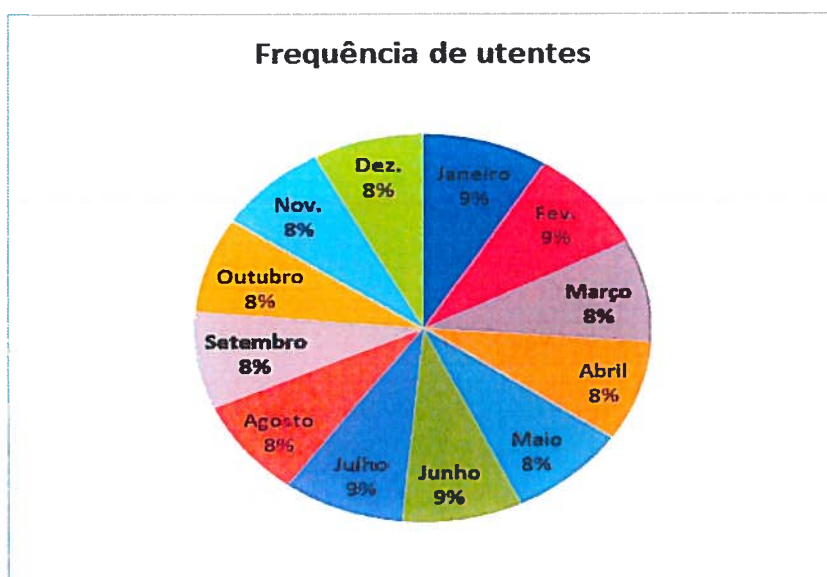




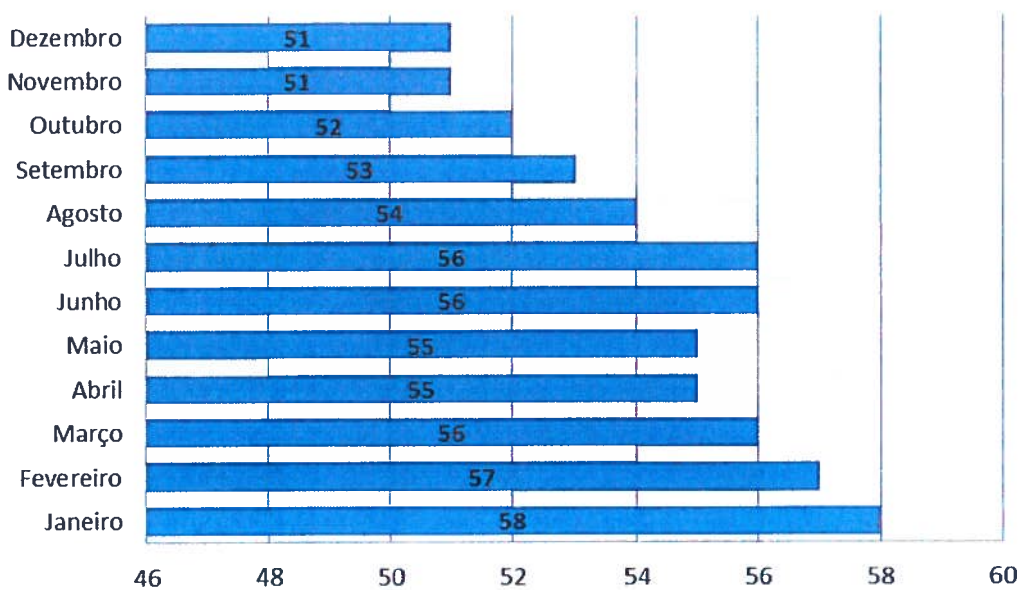
Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

6. Frequência de utentes por mês (ano de 2016):

Mês	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Nº utentes	58	57	56	55	55	56	56	54	53	52	51	51



Frequência de utentes

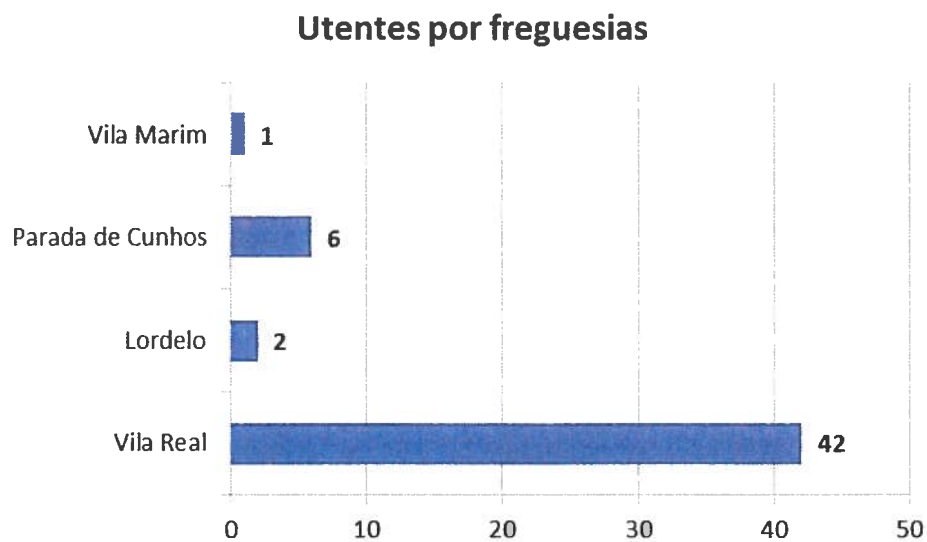
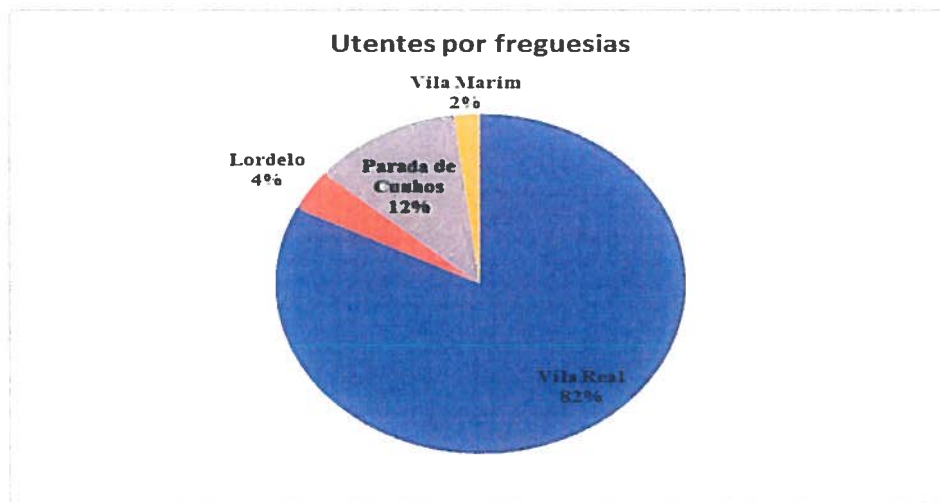




Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

7. Número de utentes por freguesia:

Freguesias	Total
Vila Real	42
Lordelo	2
Parada de Cunhos	6
Vila Marim	1



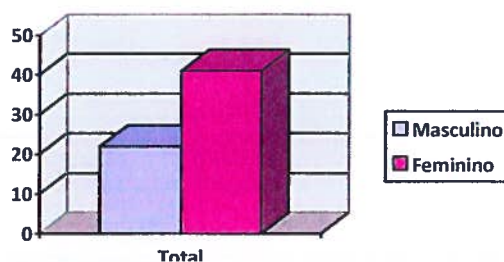


2.2.3- Lar da Imaculada Conceição

O Lar da Imaculada, foi inaugurado em 1987 tendo atualmente capacidade para acolher 58 utentes em regime de internamento. Ao longo destes anos vem cumprindo a sua missão de responder às necessidades individuais ao nível de alojamento, alimentação, saúde, higiene e conforto pessoal.

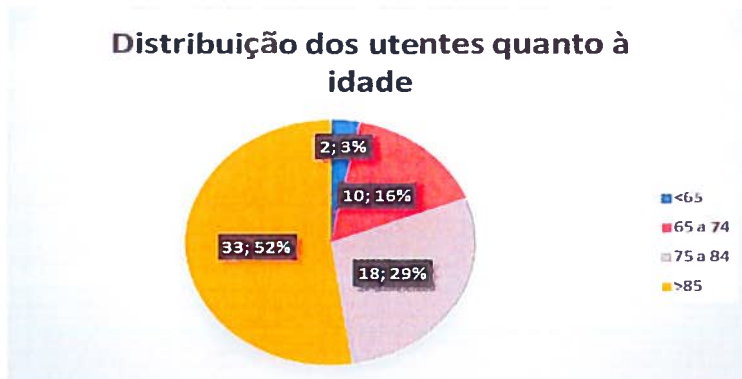
Durante o ano de 2016, ao nível da distribuição dos utentes por sexo há um predomínio de utentes do sexo feminino com um total de 41 utentes mulheres (65%) e 22 utentes homens (35%).

Género	Total
Masculino	22
Feminino	41



Relativamente à distribuição por faixa etária verifica-se que há um predomínio de utentes com idade superior a 85 anos, o que denuncia uma população cada vez mais envelhecida e dependente de cuidados, como podemos comprovar no seguinte gráfico.

Idade	Total
<65	2
65 a 74	10
75 a 84	18
>85	33



No decorrer da integração dos utentes é aplicado o índice de Barthel para medir o grau de assistência exigido por um idoso em 10 itens de atividades de vida diária, envolvendo mobilidade e cuidados pessoais. São eles: alimentação, banho, higiene pessoal, vestuário, controlo dos esfíncteres intestinal, controlo miccional, transferências na cama e casa de banho, deambulação e subir escadas. A pontuação global varia de 0 a 100 (soma dos itens classificados



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

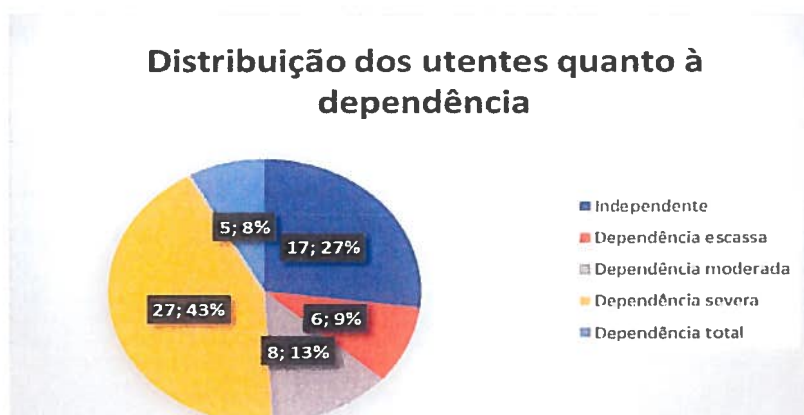
em 5, 10 e 15 pontos, conforme independência ou necessidade de ajuda para executar a atividade).

Na sequência da aplicação do Índice de Barthel verificamos que a maioria dos nossos utentes apresenta dependência. A par da dependência física apresentam comprometimento cognitivo.

Estado Cognitivo	Total
Sem comprometimento cognitivo	17
Com comprometimento cognitivo	46



Autonomia	Total
Independente	17
Dependência escassa	6
Dependência moderada	8
Dependência severa	27
Dependência total	5



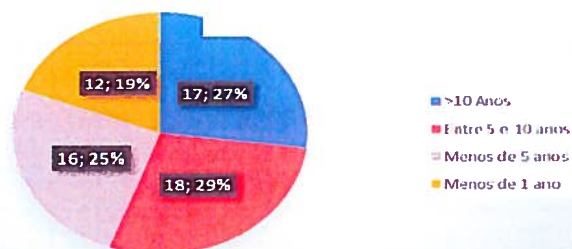
Ainda que com pouca diferença, a maioria dos nossos utentes estão no Lar há mais de 5 anos, de salientar que 17 utentes estão connosco há mais de 10 anos. Felizmente, hoje em dia, tem vindo a instalar-se um novo olhar sobre esta problemática, procurando que os anos passados pelos idosos nas instituições, e que são cada vez mais, sejam sinónimo de qualidade de vida. (ver gráfico seguinte).



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

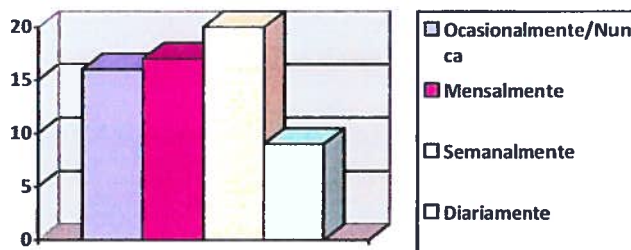
Tempo de permanência	Total
>10 Anos	17
Entre 5 e 10 anos	18
Menos de 5 anos	16
Menos de 1 ano	12

Distribuição dos utentes quanto ao tempo de manência



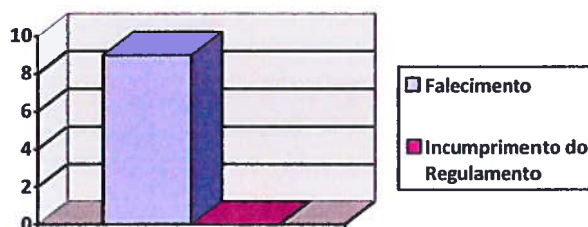
Uma das missões do Lar Imaculada Conceição é promover a continuidade e fortalecimento dos laços familiares, diligenciando para que os familiares/ cuidadores não esqueçam os seus deveres em relação aos idosos. Em relação às visitas, verificamos que a maioria dos utentes recebe visitas semanalmente. Apesar de todos os esforços feitos, entristece-nos verificar que há 26% de utentes que raramente/ nunca recebem visitas.

Presença de visitas	Total
Ocasionalmente/Nunca	16
Mensalmente	17
Semanalmente	20
Diariamente	9



Durante o ano de 2016, saíram 9 utentes devido ao seu falecimento

Motivo de Saída	Total
Falecimento	9
Incumprimento do Regulamento	0



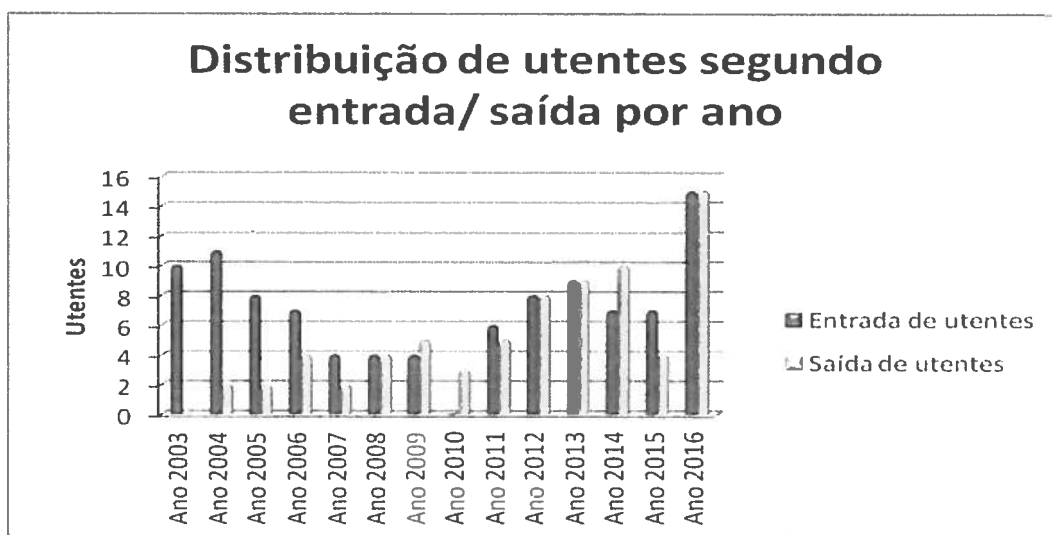


CAPÍTULO III – OUTRAS ATIVIDADES

3.1 – Lar Hotel

O Lar Hotel da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real foi inaugurado a 27 de junho de 2003 e o seu primeiro utente deu entrada a 14/08/2003. Ao longo dos anos vem cumprindo a sua missão de lar, proporcionando aos seus utentes alojamento e serviços, contribuindo para a manutenção do seu bem-estar e essencialmente da sua autonomia.

Desde que abriu e até 31 dezembro 2016 deram entrada no Lar Hotel 100 utentes e verificou-se a saída de 73, valores que podem ser verificados no gráfico seguinte:



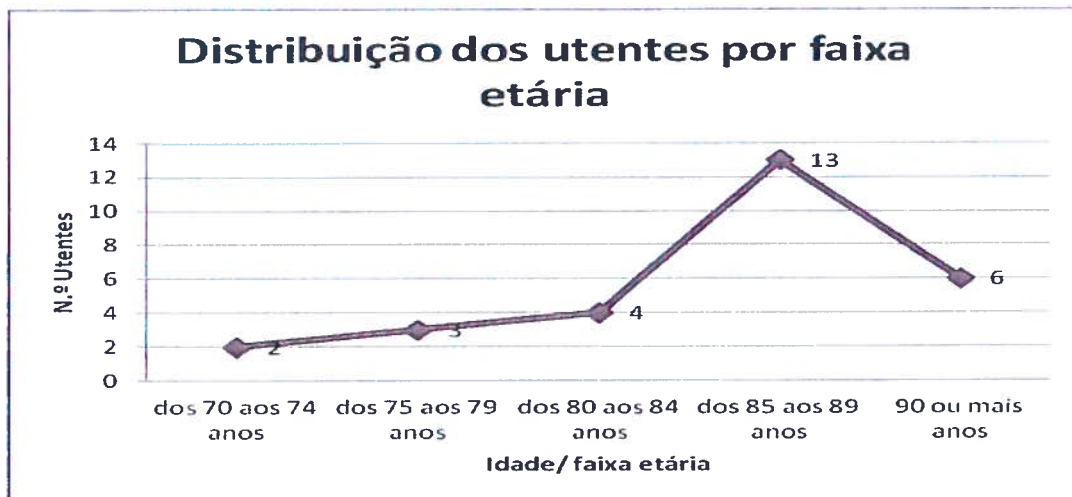
Ano 2016

Durante o ano de 2016 deram entrada no Lar Hotel 15 utentes e verificou-se a saída de 15 utentes. De salientar que algumas destas saídas respeitam a internamentos temporários com saída devidamente prevista. A 31 de Dezembro de 2016 o Lar Hotel contemplava 28 utentes residentes.

A média de idades dos utentes residentes é de 85 anos o que, à semelhança dos anos anteriores, denota uma população envelhecida e consequentemente mais débil e dependente. A sua distribuição por faixa etária corresponde à apresentada no seguinte gráfico.

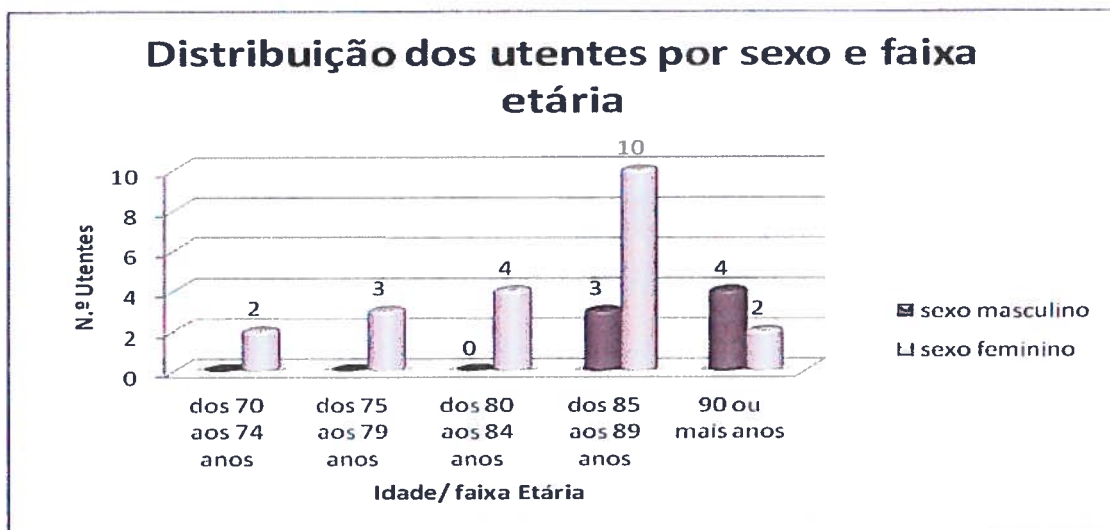


Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

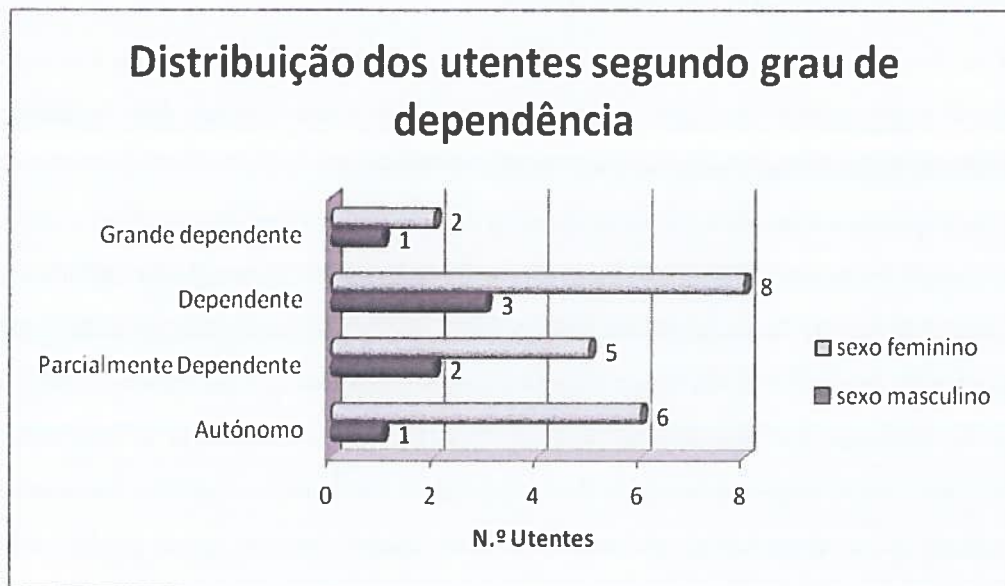


Ao nível da distribuição de utentes segundo sexo, apresenta-se um predomínio de utentes do sexo feminino, como vem sendo habitual ao longo dos anos de funcionamento do Lar Hotel, sendo que 25% dos utentes são do sexo feminino e 75% do sexo masculino.

Confrontando as últimas variáveis (sexo e idade) podemos verificar que o sexo feminino se destaca em cada uma das faixas etárias exceto na categoria “90 e mais anos” como podemos comprovar no gráfico seguinte que faz o cruzamento das duas variáveis.

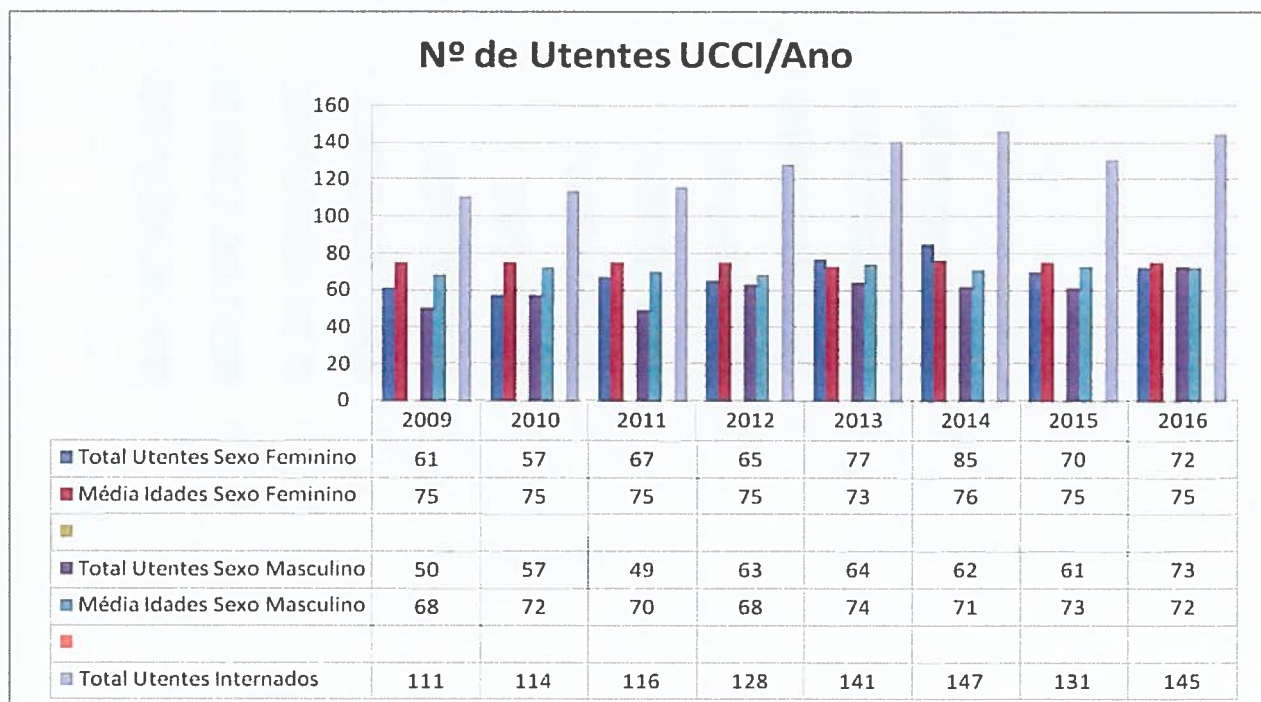


Relativamente ao grau de autonomia podemos referir que 7 utentes são autónomos para a realização de atividades de vida diária; 7 utentes estão parcialmente dependentes necessitando de apoio/ ajuda na execução de algumas tarefas; 11 utentes estão dependentes necessitando de ajuda para a execução de várias tarefas/ atividades de vida diária nomeadamente locomoção, cuidados de higiene, conforto e imagem, entre outros, e 3 utentes estão completamente dependentes necessitando de ajuda para o desenvolvimento de todas as atividades de vida diária.



3.2 – Saúde

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), pertence à Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, pretende valorizar o concelho, oferecer à sua população e aos visitantes um espaço urbano de saúde devidamente qualificado, aumentando a diversidade de serviços de saúde. Entrou em funcionamento no dia 1 de setembro de 2008, e, dá assim resposta a uma necessidade desta zona e da população em geral.





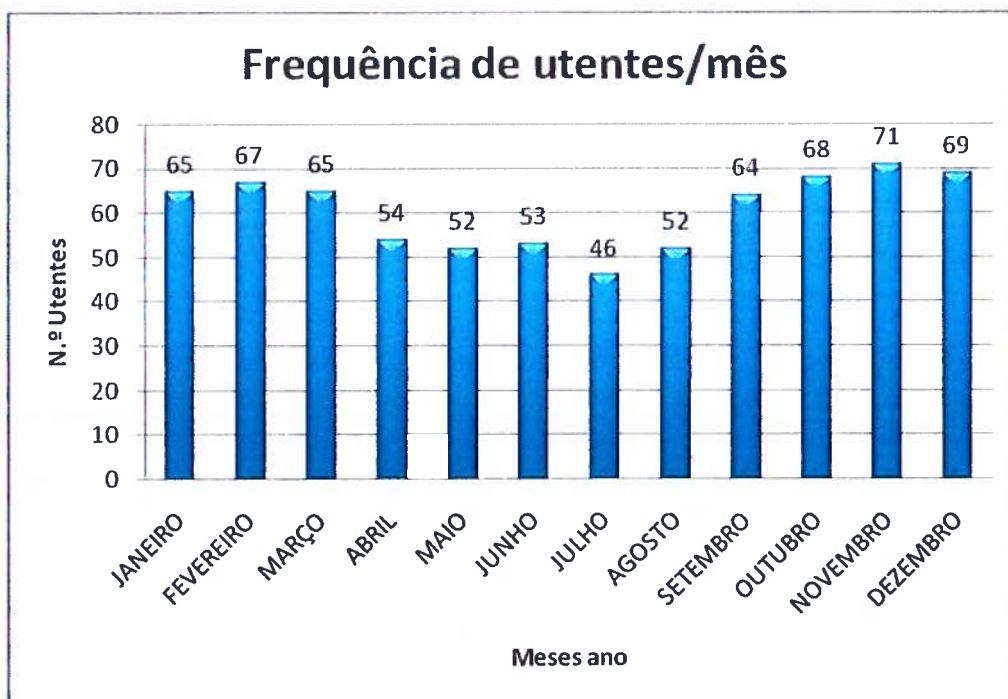
3.3 – Emergência Alimentar - Cantina Social

Um dos objetivos do Plano de Emergência Social (PES) prende-se com a necessidade de dar resposta a quem não consegue ter para si, ou para a sua família, duas refeições diárias, aumentando-se desta forma a resposta às situações de fome.

Era imperioso minorar o impacto da crise económico-financeira em curso e maximizar os recursos sociais existentes, foi implementado o Programa de Emergência Alimentar (PEA), baseado numa lógica de "ética social na austeridade", medida consolidada no âmbito do PES, o qual se pretendia flexível e transitório, a executar por instituições que reunissem condições para a confeção de refeições (i.e. que dispusessem de uma estrutura, na qual já se encontrassem em funcionamento outras respostas sociais). A complexidade da situação social e económica atual e o surgimento de novas situações de pobreza e exclusão social tem feito deste projeto uma âncora fundamental para muitas famílias.

Análise estatística ano 2016

Frequência de utentes por mês durante o ano 2016

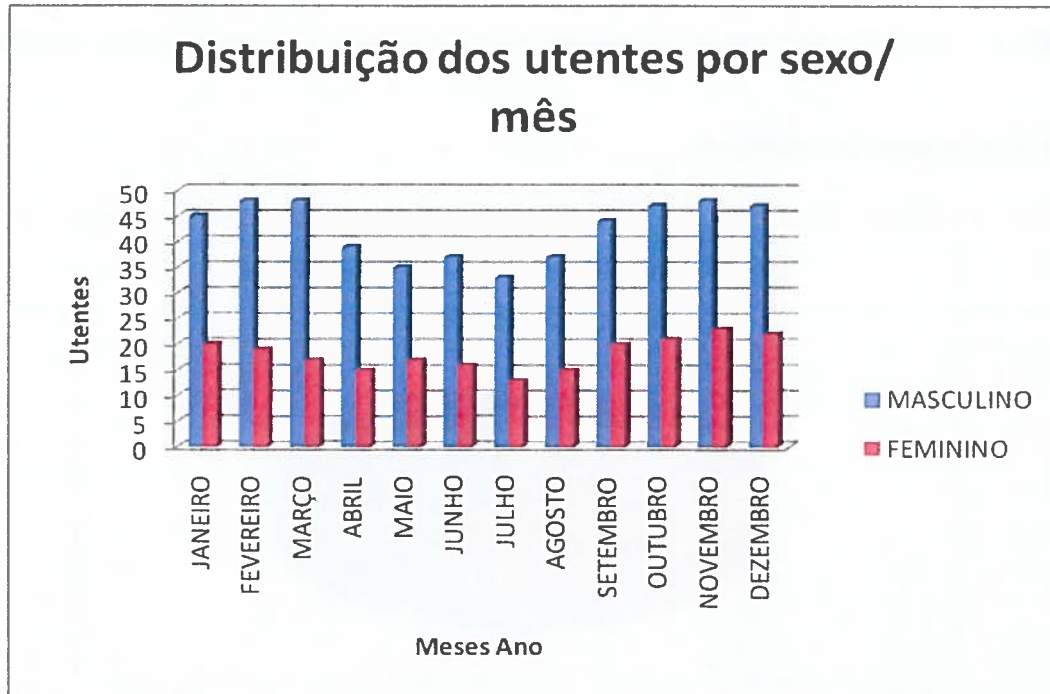




Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

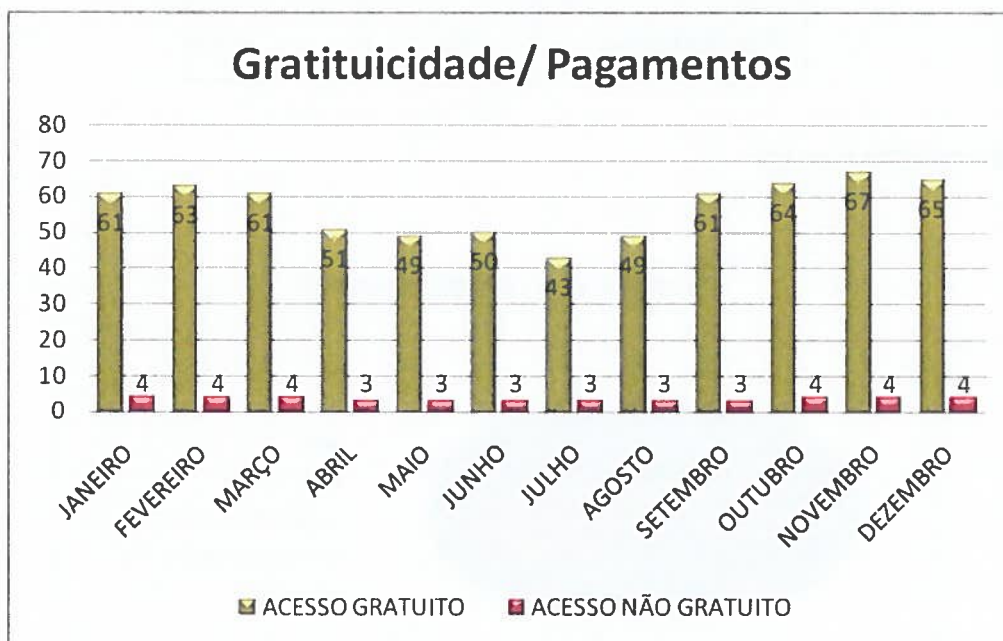
A média de utentes/ mês é de 61 beneficiários do apoio da Cantina Social.

Distribuição dos utentes por sexo/mês



Ao longo do ano podemos referir que, em média, 70% utentes/mês são do sexo masculino e 30% do sexo feminino.

Tipologia de acesso relativamente à gratuidade



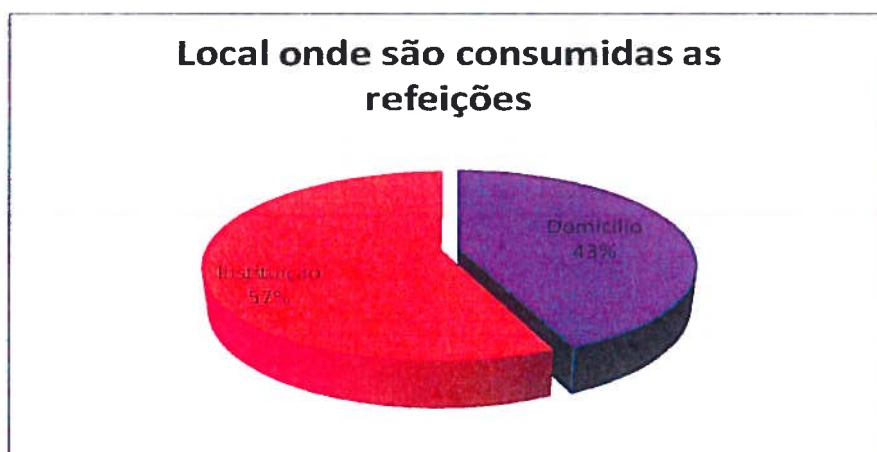


Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Em média apenas 6% dos utentes contribui monetariamente.

Considerando a média de utentes/ mês de 61 utentes/ beneficiários do apoio da Cantina Social.

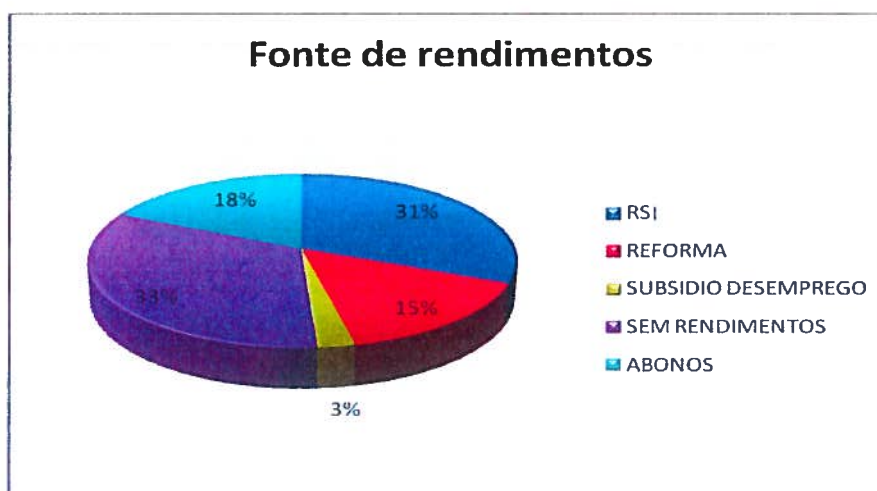
Local de consumo das refeições



Número médio de refeições/ mês

	Dia	Mês
Nº de Refeições	85	2548

Rendimentos dos utentes





Tipo de deficiências



3.4 – Quinta do Rendeiro

A Quinta do Rendeiro surgiu como uma mais valia destinando-se a complementar e enriquecer as atividades das várias Respostas Sociais, com especial predominância para a Resposta Social Lar Escola Florinhas da Neve.

A Quinta do Rendeiro tem uma vertente essencialmente de lazer e pedagógica tendo a Mesa Administrativa nos últimos tempos dado grande enfoque à manutenção/melhoria e requalificação do espaço

Objetivos Gerais:

Proporcionar momentos de diversão, lazer e convívio.

Destinatários: Criança/ Jovens/ Adultos e Idosos, que frequentam as nossas Respostas Sociais.



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

3.5. Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

(Quadriénio 2016/2019)

3.5.1. Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia-geral

Presidente:	Pedro Chagas Ramos
1º Secretário:	Joaquim do Cabo Sabino
2º Secretário:	Eduardo Baptista da Silva

Conselho Fiscal / Definitório

Presidente:	Daniel Abílio Ferreira Bastos
Vice Presidente:	José Rogério Pereira Fernandes
Secretário Relator	Alfredo José Branco Ribeiro

1º Suplente:	Aníbal César F. Pinto da Mota
2.º Suplente	Óscar Monteiro Ferreira

Mesa Administrativa

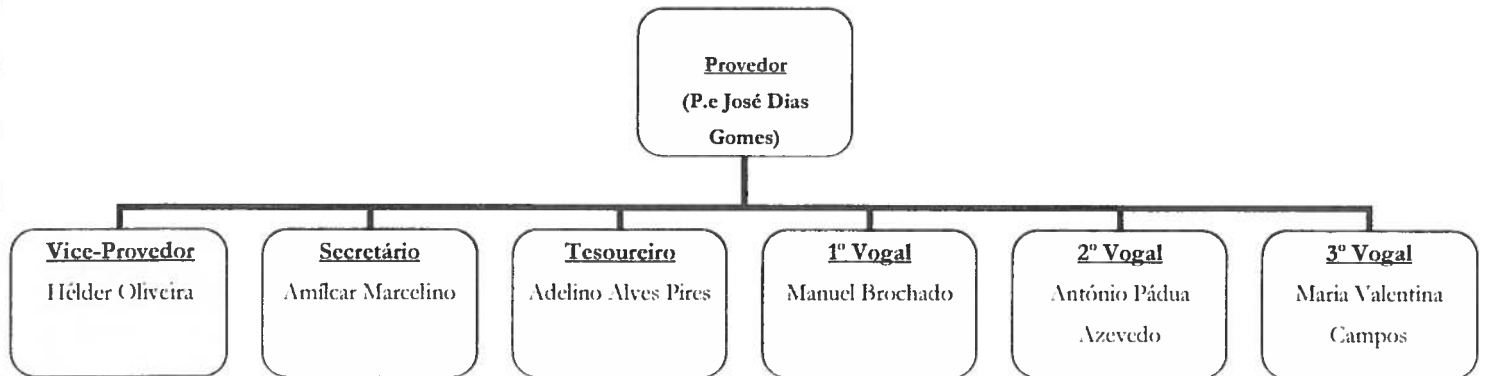
Provedor:	Padre José Joaquim Dias Gomes
Vice Provedor:	Hélder Augusto Gonçalves de Oliveira
Secretário:	Amílcar Alexandre Carneiro Pereira Marcelino
Tesoureiro:	Adelino Alves Pires
1.º Vogal:	Manuel Luís P. Oliveira Brochado
2.º Vogal:	Carlos Alberto Mesquita Queirós (<i>Renunciou cargo em 24-10-2016</i>) António José Pádua Correia de Azevedo (<i>Início Funções a 14/11/2016</i>)
3.º Vogal:	Maria Valentina Machado Taveira Campos
1º Suplente:	Manuel Augusto do Carmo
2º Suplente:	Jorge Armando Pinto Montenegro Machado
3º Suplente:	Carlos Eduardo de Sousa Teixeira



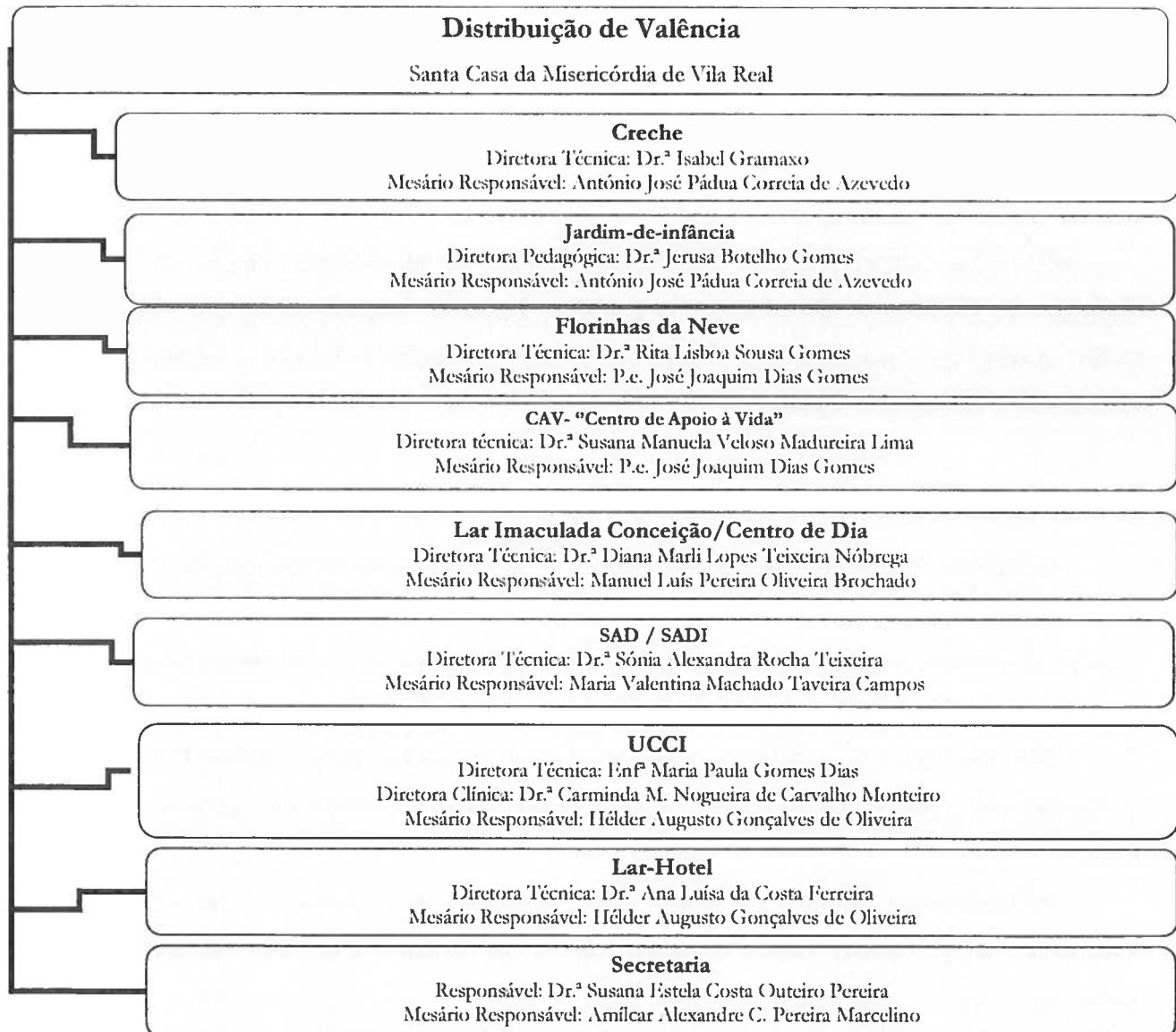
Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

3.6. Estruturas Orgânicas da SCMVR

3.6.1 Mesa Administrativa



3.6.2 Direção Técnica das Valências





CAPÍTULO IV –RELATÓRIO E CONTAS

RELATÓRIO DE GESTÃO | CONTAS

A Instituição mantém regularizada a sua situação financeira, com as Colaboradoras, Fornecedores, Autoridade Tributária e Segurança Social, não tendo dívidas de natureza alguma.

As preocupações e práticas de gestão rigorosa e transparente assumem -se como princípios basilares na vida da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real e na relação que estabelece com todas as partes interessadas. Este conjunto de preocupações assenta na necessidade de encontrar e consolidar os mecanismos de sustentabilidade da Instituição, de garantir um crescimento ajustado e adequado ao contexto de grande instabilidade e complexidade. Garantir o cumprimento de todas as responsabilidades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real é um objetivo e uma realidade quotidianamente presente em todos os mecanismos de gestão e de tomada de decisão.

Os resultados do exercício do ano demonstram as preocupações que, anualmente, reiteramos e que de uma forma simples e objetiva todos os irmãos e leitores deste documento podem analisar e confirmar.

Em 2016, a Santa Casa da Misericórdia apresentou um resultado líquido de Euros: **2.521,52**. As informações de natureza económica e financeira encontram-se explicadas com grande detalhe nas Demonstrações Financeiras e para o mesmo se remete a explicação da formação dos resultados líquidos.

Demonstrações financeiras

O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação fiável acerca da posição e do desempenho financeiro de uma determinada entidade que seja útil nas respetivas tomadas de decisões económicas, permitindo, simultaneamente, mostrar os resultados da gestão e dos recursos que lhes foram confiados e colocados à disposição.

Para satisfazer estes objetivos, as demonstrações financeiras proporcionam informação acerca dos ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos e outras alterações do capital próprio.

As informações, contidas em mapas como o balanço, as demonstrações de resultados, juntamente com informação contida nas notas explicativas, ajudam a perceber as demonstrações financeiras e a prever os futuros fluxos de caixa da entidade, a sua tempestividade e grau de incerteza.



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

As demonstrações económico-financeiras revelam:

- A situação patrimonial e financeira, bem como o grau de cumprimento das obrigações para com terceiros;
- A situação económica e a capacidade de gerar excedentes;

Relatório e Contas 2016

Para tal, a preparação exige várias categorias de demonstrações financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados;
- Balancetes

Adotam-se como características qualitativas da informação:

- A relevância;
- A fiabilidade;
- A comparabilidade.

A relevância tem a ver com a capacidade da informação em influenciar as decisões dos seus utilizadores, ajudando-os a avaliar os acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou a corrigir as suas avaliações passadas. A objetividade e rapidez da informação constituem os elementos fundamentais para a sua relevância.

A fiabilidade consiste na característica que a informação tem de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios. Assim, deve ser capaz de evidenciar de forma apropriada a realidade que tem por finalidade representar ou se espera que represente. Para que a informação seja fiável, os factos devem ser registados de acordo com a sua substância e realidade económica e financeira e não apenas com base na sua forma legal ou documental.

A comparabilidade deve ser entendida como a característica da informação financeira em ser confrontada com os impactos financeiros de operações similares quer no tempo, quer no espaço. A comparabilidade no tempo leva a que, numa dada unidade, os factos sejam registados de forma consistente ao longo dos vários períodos. Desta forma, será possível acompanhar, durante a sua vida, a evolução e tendências na posição financeira e nos resultados das operações realizadas.

Por fim, tendo em consideração os elementos anteriores, as contas anuais devem dar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados



4.1 Balanço

RÚBRICAS	Ano 2016	Ano 2015
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	6.697.046,72 €	7.321.272,37 €
Bens do património histórico e artístico e cultural	880.276,65 €	876.728,10 €
Investimentos financeiros	7.880,53 €	5.727,38 €
Outros Créditos e ativos não correntes	2.087.749,26 €	1.505.683,68 €
	9.672.953,16 €	9.709.411,53 €
Ativo corrente		
Inventários	24.149,20 €	20.882,31 €
Créditos a receber	308.880,85 €	286.653,74 €
Estado e outros entes públicos	36.160,68 €	60.203,66 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.485,00 €	2.505,00 €
Diferimentos	22.641,38 €	27.757,18 €
Outros ativos correntes	740,63 €	6,86 €
Caixa e depósitos bancários	245.706,35 €	135.700,62 €
	641.764,09 €	533.709,37 €
Total do ativo	10.314.717,25 €	10.243.120,90 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	1.516.678,29 €	1.516.678,29 €
Resultados transitados	5.788.529,38 €	5.878.710,31 €
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	1.925.696,53 €	2.003.491,66 €
	9.230.904,20 €	9.398.880,26 €
Resultado líquido do período	2.521,52 €	-28.577,68 €
Total dos fundos patrimoniais	9.233.425,72 €	9.370.302,58 €
Passivo		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	369.426,76 €	200.000,00 €
Outras dívidas a pagar	0,00 €	4.460,00 €
	369.426,76 €	204.460,00 €
Passivo corrente		
Fornecedores	84.037,39 €	89.596,36 €
Estado e outros entes públicos	119.805,24 €	111.050,38 €
Financiamentos obtidos	30.573,24 €	25.979,07 €
Diferimentos	97.690,29 €	95.869,47 €
Outros passivos correntes	379.758,61 €	345.863,04 €
	711.864,77 €	668.358,32 €
Total do passivo	1.081.291,53 €	872.818,32 €
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	10.314.717,25 €	10.243.120,90 €



4.2 Demonstração de Resultados por Natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	Ano 2016	Ano 2015
Vendas e serviços prestados	2.021.011,24 €	2.009.592,21 €
Subsídios, doações e legados à exploração	1.649.404,69 €	1.531.229,99 €
Trabalhos para a própria entidade	702.439,90 €	729.214,14 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	269.305,23 €	260.599,94 €
Fornecimentos e serviços externos	1.738.410,64 €	1.922.237,49 €
Gastos com o pessoal	2.642.264,83 €	2.417.263,32 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00 €	2.640,00 €
Outros rendimentos	679.801,30 €	703.478,90 €
Outros gastos	18.729,69 €	23.177,64 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	383.946,74 €	347.596,85 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	380.560,65 €	374.079,33 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3.386,09 €	-26.482,48 €
Juros e gastos similares suportados	864,57 €	2.095,20 €
Resultados antes de impostos	2.521,52 €	-28.577,68 €



4.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

RÚBRICAS	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Clientes e Utentes	2.028.076,20 €	2.007.898,26 €
Pagamentos de subsídios	0,00 €	0,00 €
Pagamentos de apoios	0,00 €	0,00 €
Pagamentos de bolsas	0,00 €	0,00 €
Pagamentos a fornecedores	1.432.644,99 €	1.464.952,99 €
Pagamentos ao pessoal	2.517.379,66 €	2.325.038,97 €
Caixa gerada pelas operações	-1.921.948,45 €	-1.782.093,70 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Outros Recebimentos e pagamentos	2.209.558,48 €	1.973.473,90 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	287.610,03 €	191.380,20 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	347.535,34 €	618.075,41 €
Ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	3.040,31 €	0,00 €
Outros ativos	0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros	675,07 €	812,04 €
Outros ativos	0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento	5.624,32 €	74.622,32 €
Juros e rendimentos similares	0,00 €	495,57 €
Dividendos	0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-344.276,26 €	-542.145,48 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	479.000,00 €	931.500,00 €
Realização de fundos	0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuízos	0,00 €	0,00 €
Doações	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamentos	0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	304.986,74 €	899.916,21 €
Juros e gastos similares	7.341,30 €	2.095,20 €
Dividendos	0,00 €	0,00 €
Redução de fundos	0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento	0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	166.671,96 €	29.488,59 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	110.005,73 €	-321.276,69 €
Efeito das diferenças de câmbio	0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	135.700,62 €	456.977,31 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	245.706,35 €	135.700,62 €



4.4 Análise da Atividade e da Posição Financeira da Instituição

4.4.1 Análise Económica

- a) As políticas contabilísticas estão adequadas à realidade de uma estrutura sem fins lucrativos, salientamos que os procedimentos de controlo internos asseguram movimentos efetuados, em relação aos rendimentos, gastos e pagamentos. As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2016, traduzem os gastos e rendimentos do referido exercício económico, em relação à atividade da instituição.
- b) Os rendimentos realizados tiveram como origem no recebimento das mensalidades dos utentes, da comparticipação do IGFSS, ARS, quotas, donativos, subsídios ao investimento e rendimentos prediais.
- c) Os gastos repercutem os movimentos necessários ao desenvolvimento da atividade, desde gastos com consumos de matérias primas, gastos de funcionamento, depreciação e amortização de bens do ativo imobilizado, e gastos com pessoal.

Apesar da conjuntura macroeconómica ter vindo ano a ano a ser desfavorável e de continuarmos a passar por dificuldades, conseguiu-se ainda assim, obter resultados líquidos positivos. Atingimos em 2016 resultado líquido bastante residual de 2.521,52€, fruto do esforço realizado com uma gestão equilibrada e com rigor no controlo de despesas.

Na análise comparativa com 2015, registou-se um ligeiro crescimento da atividade direta desenvolvida pela Instituição, o volume de Prestações de Serviços atingiu um valor de 2.021.011,24€, representando uma variação de 1,57%, relativamente ao ano anterior.

Notas explicativas do Exercício

Aspetos mais significativos

A análise aos resultados financeiros do exercício de 2016 centra-se em dois níveis fundamentais:

- O primeiro, visa dar conta dos desvios face ao orçamento previsional projetado para o ano de 2016.
- O segundo, analisa os desvios entre os valores previsionais e os valores executados.



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Globalmente verificamos que a execução orçamental tem um desvio de cerca de 3,16% do lado dos Gastos e de 0,72% do lado dos Ganhos, ou seja, um desvio médio.

Para o exercício de 2016, estimámos um total de gastos de **4.891.682,00 €**, sendo que os gastos executados foram de **5.050.135,61€**, portanto um desvio/acréscimo de **158.453,61 €**. Quanto aos Ganhos projetámos um valor de **5.016.349,00 €**, tendo-se verificado a execução de **5.052.657,13 €**, havendo por isso um desvio/acréscimo de **36.308,13€**.

Análise de Rendimentos

Os rendimentos obtidos no exercício, em análise, perfizeram um total de 5.052.657,13 euros, distribuídos pelas rubricas abaixo discriminadas. Este valor corresponde a um grau de execução superior em 0,72% ao valor orçamentado.

	Análise de Rendimentos	Orçamento 2016	2016	2015	Variação Orçamento	Var. (16-15) %	Peso p/Rubrica
71+72	Vendas	2.036.198,00 €	2.021.011,24 €	2.009.592,21 €	-0,75%	0,57%	40,0%
74	Trabalhos para a própria entidade	715.695,00 €	702.439,90 €	729.214,14 €	-1,89%	-3,81%	13,9%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.582.420,00 €	1.649.404,69 €	1.531.229,99 €	4,06%	7,16%	32,6%
78	Outros rendimentos e ganhos	682.036,00 €	679.801,30 €	703.478,90 €	-0,33%	-3,48%	13,5%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,0%
	Total	5.016.349,00 €	5.052.657,13 €	4.973.515,24 €	0,72%	1,57%	

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um acréscimo global dos rendimentos em 1,57%, cujas principais fontes foram as verbas provenientes da prestação de serviços e subsídios à exploração.

- ✓ Nas rubricas das participações dos utentes verificamos um desvio negativo em relação ao orçamento correspondente a 0,75%, explicando-se em parte, pela não ocupação das vagas estimadas para o Lar Hotel e Lar Imaculada Conceição.

Resposta Sociais/Rendimentos (mensalidades)	2016	2015	Variação	
Creches	174.130,59	166.418,59 €	7.712,00 €	0,04%
Jardins de Infância	157.819,81	142.850,21 €	14.969,60 €	0,09%
Escola Donas de Casa	1.929,23 €	1.136,57 €	792,66 €	0,41%
Apoio Domiciliário	70.003,25 €	69.467,45 €	535,80 €	0,01%
Apoio Domiciliário Integrado	2.052,55 €	2.325,79 €	-273,24 €	-0,13%
Unidade Média Duração e Reabilitação da RNCCI	857.630,72	854.492,64 €	3.138,08 €	0,00%
Lar Imaculada Conceição* <i>inclui alojamento temporário</i>	358.559,48	340.876,75 €	17.682,73 €	0,05%
Centros de Dia	11.794,32 €	10.208,51 €	1.585,81 €	0,13%
Lar Hotel	385.477,80	416.881,82 €	-31.404,02 €	-0,08%
Outras Receitas	1.613,49 €	4.891,88 €	-3.278,39 €	-2,03%
Totais	2.021.011,24	2.009.550,21	11.461,03	-1,50



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

- ✓ Em relação às comparticipações da Segurança Social para as diversas valências, verificou-se um acréscimo de 66.984,69€, entre o valor previsto (1.582.420,00 €) e o valor executado (1.649.404,69 €) correspondente a um desvio positivo de 4,06%, desvio este que se ficou a dever essencialmente a uma revisão dos acordos de cooperação, e, um aumento excecional para o ano de 2016 dos donativos em dinheiro, conforme se poderá verificar no quadro que se segue:

Equipamento Social	Comparticipação Anual 2016	Comparticipação Anual 2015
Florinhas da Neve	355.219,20 €	355.138,41 €
Creche	367.286,57 €	352.701,33 €
Jardim	233.865,16 €	224.394,90 €
CAV - "Centro de Apoio à Vida"	62.347,14 €	25.619,15 €
Centro de Dia	7.592,88 €	7.699,27 €
Lar Imaculada Conceição	261.198,23 €	250.816,96 €
Apoio Domiciliário	168.770,16 €	164.718,69 €
Apoio Domiciliário Integrado	8.987,76 €	8.617,58 €
ISS- Programa de Emergência Alimentar - Cantina Social	76.757,50 €	92.337,50 €
	1.542.024,60 €	1.482.043,79 €

Outros Subsídios/Comparticipações	2016	2015
Outros	2.039,65 €	2.138,43 €
Outras Entidades - Abonos de Família (Florinhas da Neve)	28.091,46 €	28.475,98 €
IEFP- Financiamento Formação Profissional	13.995,91 €	8.552,27 €
Donativos (dinheiro e espécie)	40.213,81 €	3.875,17 €
(Outros recebimentos) - Processos Judiciais	6.550,00 €	4.820,00 €
Consignação Fiscal IRS e IVA	1.529,82 €	1.190,00 €
Autarquias	0 €	134,35 €
Autarquias- PROMAIS	14.959,54 €	10.567,19 €
Totais	107.380,19 €	59.753,39 €

- ✓ A rubrica Outros rendimento e Ganhos, com o valor de 679.801,30 € teve uma descida, influenciada essencialmente rendimentos prediais situados em Lisboa:

Rendimentos Prediais	Valores 2016	Valores 2015	Valor	%
Prédios em Vila Real	26.510,24 €	26.372,86 €	137,38 €	0,52%
Prédio Lisboa	545.303,24 €	556.409,88 €	-11.106,64 €	-2,04%
	571.813,48 €	582.782,74 €	-10.969,26 €	-1,52%

Nota: Em relação ao prédio de Lisboa estavam por arrendar a 31-12-2016 quatro apartamentos.



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

✓ Distribuição dos restantes Rendimentos e ganhos:

Rubrica	Valores 2016	Valores 2015
Subsídios ao Investimento	77.795,13 €	77.795,13 €
PIDDAC	28.307,14 €	28.307,14 €
Outros	25.982,95 €	21.502,95 €
PRODER	17.580,63 €	22.060,63 €
FEDER/NOVO NORTE	5.924,41 €	5.924,41 €
Comparticipações Utentes Lar/Hotel (valor de 2016)	6.690,00 €	4.830,00 €
	84.485,13 €	82.625,13 €

Outras Receitas Extraordinárias	Valores 2016	Valores 2015
Aluguer de espaço	0,00 €	0,00 €
Desconto PP obtidos	14.684,31 €	16.292,59 €
Alienações Imóveis	0,00 €	0,00 €
Sinistros (valor reembolsado)	0,00 €	5.123,39 €
Correções Anos anteriores	4.653,31 €	1.102,66 €
Comissões	65,29 €	70,21 €
Outros não especificados	4.057,27 €	2.910,17 €
	23.460,18 €	25.499,02 €

✓ Para terminar e, ainda nos outros rendimentos, temos os trabalhos para a própria instituição, sendo estes, os trabalhos que a Instituição realiza para si mesma, utilizando recursos próprios ou adquiridos para o efeito. Esses trabalhos destinam-se a serem repartidos pelas Resposta Sociais que os utilizam. No valor da respetiva contabilização deve ser reconhecido o gasto pela Resposta Social que o usa e compensado o Crédito/Rendimento na respetiva Atividade que o executa, sendo as Cozinhas e a Lavandaria Geral.

São Englobados nos Gastos de Produção/Execução: gastos com pessoal, gastos gerais de funcionamento, subcontratos, material, etc.

Outras Atividades	Valores acumulados 2016	Valores acumulados 2015
Cozinha - Creche	64.301,90 €	89.172,41 €
Cozinha Geral	452.356,66 €	469.988,64 €
Cozinha Lar Hotel	113.099,97 €	103.014,73 €
Lavandaria	72.681,37 €	67.080,36 €
Total de Trabalhos para a própria Instituição	702.439,90 €	729.256,14 €



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Análise de Gastos

Relativamente aos gastos no período económico ora findo, inclui-se também os gastos incorridos, entendendo-se por estes todos os gastos que, embora caracterizados e quantificados no período-base, nele não tenham sido pagos, figurando, por isso, o valor respectivo no passivo da entidade. Temos como exemplo destes gastos: água, luz, seguros e provisões de férias e 13^o mês. A ocorrência do facto relativo a uma despesa ou gasto obriga a contabilização do mesmo, independentemente do seu efetivo pagamento, no período a que respeita.

Apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

- Os gastos realizados perfizeram um total de **5.050.135,61 €**, correspondendo a um grau de execução em mais 2,21% em relação ao orçamentado.

	Análise de gastos	Orçamento 2016	2016	2015	Variação Orçamento	Var.(16-15)%	Peso p/Rubrica
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	235.682,00 €	269.305,23 €	260.599,94 €	12,49%	3,23%	5,3%
62	Fornecimentos e serviços externos	1.800.000,00 €	1.738.410,64 €	1.922.237,49 €	-3,54%	-10,57%	34,4%
63	Gastos com o Pessoal	2.417.500,00 €	2.642.264,83 €	2.417.263,32 €	8,51%	8,52%	52,3%
64	Gastos de depreciação e de amortização	411.166,00 €	380.560,65 €	374.079,33 €	-8,04%	1,70%	7,5%
65	Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	2.640,00 €	0,00%	0,00%	0,0%
68	Outros gastos e perdas	17.250,00 €	18.729,69 €	23.177,64 €	7,90%	-23,75%	0,4%
69	Gastos e perdas de financiamento	10.084,00 €	864,57 €	2.095,20 €	0,00%	-142,34%	0,0%
	Total	4.891.682,00 €	5.050.135,61 €	5.002.092,92 €	2,21%	0,95%	

O desvio do ano de 2016 para 2015 foi de 0,95%, incidindo essencialmente, na rubrica Gastos com Pessoal. Este desvio deveu-se essencialmente às atualizações das tabelas salariais que ocorreu em novembro de 2016 pela entrada em vigor da nova Convenção Coletiva de Trabalho, e, conseqüentemente a atualização/reajustes de algumas categorias profissionais. Por outro lado, importa também realçar a reestruturação do quadro de pessoal da nossa Resposta Social Lar Escola Florinhas da Neve, que devido à saída das Irmãs Franciscanas, levou a que tivesse de reclassificar duas colaboradores de ajudantes de Lar para Encarregadas Gerais, contratação de 2 Ajudantes de Lar e Centro de Dia e de 1 Técnica Superior, neste caso na área de educação Social.

- ✓ Relativamente ao custo das matérias consumidas, no caso os géneros alimentares verificamos um aumento de 33.623,23 €, correspondente a um desvio de 12,49%, isto porque quando se elaborou o orçamento para 2016, em setembro/2015, não inflacionamos esta rubrica com o pressuposto aumento de utentes essencialmente no Lar



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Hotel e no Lar Imaculada Conceição, bem como o aumento do número de bebés no lar Escola Florinhas da Neve e os utentes em Centro de Apoio à Vida.

- ✓ Em relação aos Fornecimentos e Serviços Externos, verificamos um desvio negativo de 3,54%, o que correspondeu a uma racionalização de despesas essencialmente verificadas na sub rubrica Conservação e Reparação.
- ✓ Quanto aos Gastos com o Pessoal, verificou-se um acréscimo de gastos de **225.001,51 €**, correspondente a um desvio de 8,51%. Este desvio pode ser justificado por um crescente número de baixas médicas, e, conseqüentemente, pelo aumento dos contratos a termo incerto. Por outro lado, atualizações das tabelas salariais que ocorreu em novembro de 2016 provocado pela entrada em vigor da nova Convenção Coletiva de Trabalho, e, conseqüentemente a atualização/reajustes de algumas categorias profissionais. Acrescentando ainda, a reestruturação do quadro de pessoal da nossa Resposta Social Lar Escola Florinhas da Neve.

Elementos à data de 31 dezembro.

Rubrica	Período	
	2016	2015
Gastos com o Pessoal	2.642.264,83 €	2.417.263,32 €
Nº médio de Colaboradores	195	193

- ✓ Durante o ano de 2016, amortizámos o ativo fixo tangível em **380.560,65 €**, quando o que havíamos previsto era de **411.166,00 €**, verificando-se um desvio negativo de **30.605,35 €**, correspondente a -8,04%. Esta situação ficou a dever-se à amortização das obras com a requalificação/reconstrução das casas da Rua Madame Brouilhard que só foram reconhecidas as depreciações na proporcionalidade da data da conclusão da obra que ocorreu a 31-10-2016, ou seja, início de amortização/utilização 01-11-2016.
- ✓ Quanto às contas de Outros Gastos e Perdas, havíamos previsto um valor global de **17.250,00 €**, enquanto que o executado foi de **18.729,69 €**, portanto verificou-se um desvio de **1.479,69 €**.

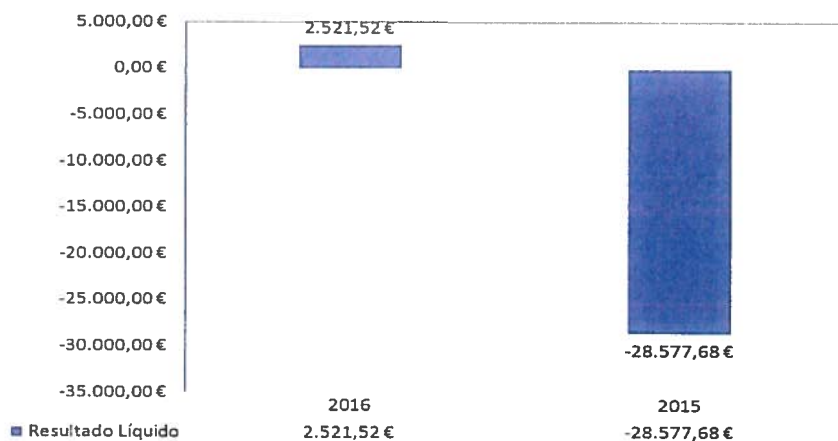


Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

4.4.2 – Resultado Líquido

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a Instituição apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de Resultado Líquido.

Valência	Rendimentos	Gastos	Resultados 2016	Resultados 2015	Desvio (2016/2015)
Infância e Juventude					
Florinhas da Neve	423.915,77 €	509.820,45 €	-85.904,68 €	-61.791,92 €	-24.112,76 €
Creche	628.786,06 €	635.394,64 €	-6.608,58 €	14.998,22 €	-21.606,80 €
Jardim de Infância	399.461,51 €	464.399,87 €	-64.938,36 €	-72.745,10 €	7.806,74 €
Centro de Apoio à Vida	58.593,78 €	93.988,61 €	-35.394,83 €	-5.280,99 €	-30.113,84 €
Total	1.510.757,12 €	1.703.603,57 €	-192.846,45 €	-124.819,79 €	-68.026,66 €
Terceira Idade			0,00 €		
Centro de Dia	25.302,51 €	22.574,90 €	2.727,61 €	-3.124,25 €	5.851,86 €
Lar Imaculada Conceição	683.704,93 €	844.738,52 €	-161.033,59 €	-198.799,38 €	37.765,79 €
Apoio Domiciliário	249.374,84 €	236.896,33 €	12.478,51 €	22.727,57 €	-10.249,06 €
Apoio Domiciliário Integrado	11.175,86 €	12.662,20 €	-1.486,34 €	-4.150,03 €	2.663,69 €
Total	969.558,14 €	1.116.871,95 €	-147.313,81 €	-183.346,09 €	36.032,28 €
Lar Hotel	514.860,44 €	514.966,88 €	-106,44 €	-19.317,35 €	19.210,91 €
Total	514.860,44 €	514.966,88 €	-106,44 €	-19.317,35 €	19.210,91 €
Saúde					
Unidade Cuidados Continuados Integrados	870.523,60 €	861.430,94 €	9.092,66 €	38.122,50 €	-29.029,84 €
Total	870.523,60 €	861.430,94 €	9.092,66 €	38.122,50 €	-29.029,84 €
Outras Atividades					
Agric./ Pecuária e Serv. Gerais	0,00 €	3.501,22 €	-3.501,22 €	-2.287,19 €	-1.214,03 €
Rendas Prediais	576.553,05 €	133.568,58 €	442.984,47 €	384.319,31 €	58.665,16 €
Património	1.995,85 €	64.838,73 €	-62.842,88 €	-96.937,77 €	34.094,89 €
Cantina Social	83.188,77 €	112.771,07 €	-29.582,30 €	-4.998,90 €	-24.583,40 €
S.O.M	0,00 €	13.362,51 €	-13.362,51 €	-19.312,40 €	5.949,89 €
Cozinha Geral	452.356,66 €	452.356,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Lavandaria	72.863,50 €	72.863,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	1.186.957,83 €	853.262,27 €	333.695,56 €	260.783,05 €	72.912,51 €
Total Instituição	5.052.657,13 €	5.050.135,61 €	2.521,52 €	-28.577,68 €	31.099,20 €





4.5 Estrutura da Posição Patrimonial da Instituição

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da instituição através da análise dos seguintes itens de balanço:

4.5.1 Estrutura do Balanço

RUBRICAS	2016		2015	
Ativo não corrente	9.672.953,16 €	93,78%	9.709.411,53 €	94,77%
Ativo corrente	641.764,09 €	6,22%	533.709,37 €	5,23%
Total ativo	10.314.717,25 €		10.243.120,90 €	

RUBRICAS	2016		2015	
Fundo de Capital	9.233.425,72 €	90,84%	9.370.302,58 €	91,46%
Passivo não corrente	369.426,76 €	1,98%	204.460,00 €	2,00%
Passivo corrente	711.864,77 €	6,51%	668.358,32 €	6,55%
Total Capital Próprio e Passivo	10.314.717,25 €		10.243.120,90 €	

Da análise do balanço, podemos concluir que a nossa Instituição tem vindo a reforçar a sua autonomia financeira apresentando um valor de 0,90, mostrando exatamente que mantém uma postura independente face a Capitais Alheios. Não apresenta riscos quanto à sua estrutura financeira, uma vez que, quanto mais próximo for o rácio de 1, maior é o seu equilíbrio financeiro.

4.5.2 Disponibilidades

Trata-se dos valores financeiros disponíveis da instituição, que se encontram distribuídos da seguinte forma:

Conta Descritivo		Ano 2016
11	Caixa	1.096,06 €
1201	C.G.D - Vila Real Avenida	55.471,58 €
1208	C.G.D - Vila Real Alves Roçadas	90.381,72 €
1210	NOVO BANCO (6082200119)	28.676,25 €
1211	BPI - B. PORT.INVESTIMENTOS	29.442,89 €
1212	CGD - Alves Roçadas (3040130)	113,87 €
1213	CCAM (40219746156)	40.523,98 €
Disponibilidade financeira		245.706,35 €



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

4.6 Evolução da dívida da Instituição

4.6.1 Dívidas de curto prazo

Dívidas a Instituições de Crédito Curto Prazo (contas Correntes Caucionadas):

Empréstimos Bancários Curto Prazo	31-12-2015	31-12-2014
CCAM - (Limite Contratado - 250.000,00€)	0,00 €	00,00 €

4.6.2 Dívidas de Longo prazo

Empréstimo para a remodelação e reestruturação das Casas da Rua Madame Brouilhard

Evolução Empréstimos a Médio e Longo Prazo

CGD	Saldos a 31/12/2016
Empréstimo – Casas Madame Brouilhard	400.000,00 €

CGD - Reconstrução Casas Rua Madame Brouilhard

Montante do Empréstimo:	400.000,00 €
Data de início amortização:	30-01-2017
Data de Vencimento:	30-01-2030
Prazo:	13 Ano(s)



5. Orgânica da Instituição por Respostas Sociais/Atividade:

5.1 Utentes/Recursos Humanos/ Rendimentos e Gastos

Utentes

Valências	Número de Utentes				Capacidade máxima de Utentes por Valência 2016
	2016		2015		
	Com acordo ISSS	Sem Acordo ISSS	Com acordo ISSS	Sem Acordo ISSS	
Creche	120	1	121	-	121
Jardim-de-Infância	100	20	100	-	125
Florinhas da Neve	40	2	42	-	45
CAV Centro de Apoio à Vida	4		1		
Total Infância e Juventude	264	23	264		291
Apoio Domiciliário	51	-	49	-	58
Apoio Domiciliário Integrado	2	-	2	-	8
Centro de Dia	6	-	4	-	10
Lar Imaculada Conceição	57	-	61	-	58
Lar-Hotel	-	26		27	40
Total Terceira Idade	116	26	116	27	174
Unidade Cuidados Continuados	38		38		
Total saúde	38		38		0
Cantina Social	61		76		-
Total Outros	61		76		-
Total	528		521		

Recursos Humanos

Resposta Sociais/Outras Atividades	Número Médio Utentes em dezembro 2016	Nº Colaboradores em dezembro 2016	Nº Prestadores de Serviço
Creche	121	38	2
Jardim-de-Infância	120	20	3
Florinhas da Neve	42	19	2
Centro de Apoio à vida	4	8	0
Total Infância e Juventude	287	85	7
Apoio Domiciliário	51	8	0
Apoio Domiciliário Integrado	2	1	0
Centro de Dia	6	1	0
Lar Imaculada Conceição	57	28	2
Lar-Hotel	26	24	2
Total Terceira Idade	142	62	4
Unidade Cuidados Continuados Integrados	38	25	14
Total saúde	38	25	14
Cantina Social	61	3	—
Outras Atividades			
Secretaria	—	6	1
Cozinha Geral	—	7	—
Lavandaria Geral	—	6	—
SOM	—	0	—
Património	—	1	—
Total Outros		20	1
Total	528	195	26



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

5.1.2 Análise Grupo Infância Juventude

Grupo 1 – Infância e Juventude

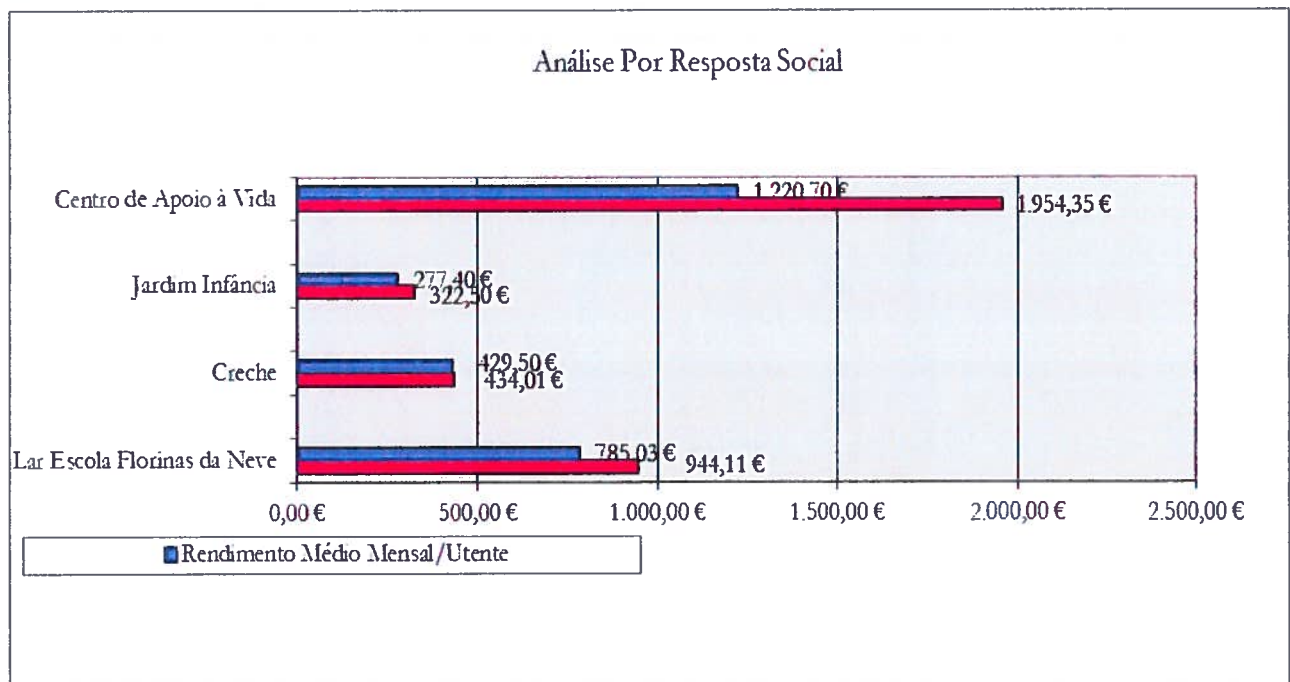
RENDIMENTOS E GASTOS	Comparação com o orçamento 2016										Comparação Anual	
	Escola Donas de Casa		Creche		Jardim de Infância		Centro Apoio à Vida		Infância e Juvent		2015	2016
	2016	Orçamento 2016	2016	Orçamento 2016	2016	Orçamento 2016	2016	Orçamento 2016	2016	Orçamento 2016		
Vendas e serviços prestados	1.929,23 €	1.000,00 €	174.130,59 €	172.611,00 €	157.819,81 €	139.198,00 €	124,97 €	0,00 €	334.004,60 €	310.477,38 €		
Custo das vendas e dos serviços prestados	19.917,20 €	16.243,00 €	41.020,08 €	39.203,00 €	3.342,27 €	2.693,00 €	2.342,66 €	0,00 €	66.622,21 €	60.992,65 €		
Resultado Bruto	-17.987,97 €	-15.243,00 €	133.110,51 €	133.408,00 €	154.477,54 €	136.505,00 €	-2.217,69 €	0,00 €	267.382,39 €	249.484,73 €		
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €	64.301,90 €	70.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	64.301,90 €	89.172,41 €		
Subsídios, doações e legados à exploração	400.670,42 €	375.428,00 €	390.390,83 €	383.299,00 €	238.001,57 €	237.042,00 €	57.803,02 €	62.568,00 €	1.086.865,84 €	1.010.102,11 €		
Outros rendimentos e ganhos	21.316,12 €	16.642,00 €	-37,26 €	1.440,00 €	3.640,13 €	0,00 €	665,79 €	943,00 €	25.584,78 €	29.232,87 €		
Fornecimentos e serviços externos	147.904,44 €	170.000,00 €	61.851,65 €	57.500,00 €	104.341,27 €	135.000,00 €	15.543,33 €	25.000,00 €	329.640,69 €	371.826,58 €		
Gastos com o Pessoal	289.250,62 €	262.500,00 €	513.564,74 €	492.500,00 €	342.905,22 €	245.500,00 €	69.315,24 €	35.250,00 €	1.215.035,82 €	1.041.471,00 €		
Outros gastos e perdas	3.910,15 €	3.750,00 €	1.471,20 €	1.500,00 €	594,59 €	750,00 €	167,01 €	0,00 €	6.142,95 €	8.588,78 €		
Perdas por Imparidade			0,00 €	0,00 €					0,00 €	450,00 €		
Resultado operacional (antes de Depreciações/ Amortizações, financiamento e impostos)	-37.066,64 €	-59.423,00 €	10.878,39 €	36.647,00 €	-51.721,84 €	-7.703,00 €	-28.774,46 €	3.261,00 €	-106.684,55 €	-44.344,24 €		
Gastos de depreciação e de amortização	48.783,20 €	43.626,00 €	17.386,54 €	15.000,00 €	13.175,92 €	10.000,00 €	6.429,39 €	5.350,00 €	85.775,05 €	80.451,65 €		
Juros e Gastos similares suportados	54,84 €	0,00 €	100,43 €	0,00 €	40,60 €	0,00 €	11,40 €		207,27 €	23,90 €		
Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €	0,00 €		
Resultado antes de impostos	-85.904,68 €	-103.049,00 €	-6.608,58 €	21.647,00 €	-64.938,36 €	-17.703,00 €	-35.215,25 €	-2.089,00 €	-192.666,87 €	-124.819,79 €		
Imposto sobre o rendimento do período	0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €		0,00 €	0,00 €		
Resultado líquido do período	-85.904,68 €	-103.049,00 €	-6.608,58 €	21.647,00 €	-64.938,36 €	-17.703,00 €	-35.215,25 €	-2.089,00 €	-192.666,87 €	-124.819,79 €		



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Resposta Social	Lar Escola Florinhas da Neve	Creche	Jardim Infância	Centro de Apoio à Vida
	Colaboradores afetos	19	38	20
Prestadores Serviço	2	2	3	0

Utentes C/acordo	42	121	100	4
Utentes S/acordo	3	0	20	0
Total de Rendimentos da valência	423.915,77 €	628.786,06 €	399.461,51 €	58.593,78 €
Gasto Total Valência	509.820,45 €	635.394,64 €	464.399,87 €	93.809,03 €
Resultado Líquido por Valência	-85.904,68 €	-6.608,58 €	-64.938,36 €	-35.215,25 €
Gasto Médio Mensal/Utente	944,11 €	437,60 €	322,50 €	1.954,35 €
Rendimento Médio Mensal/Utente	785,03 €	433,05 €	277,40 €	1.220,70 €
Gasto/Proveito Apurado por Utente	-159,08 €	-4,55 €	-45,10 €	-733,65 €





Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

5.1.3 Análise Grupo Terceira Idade

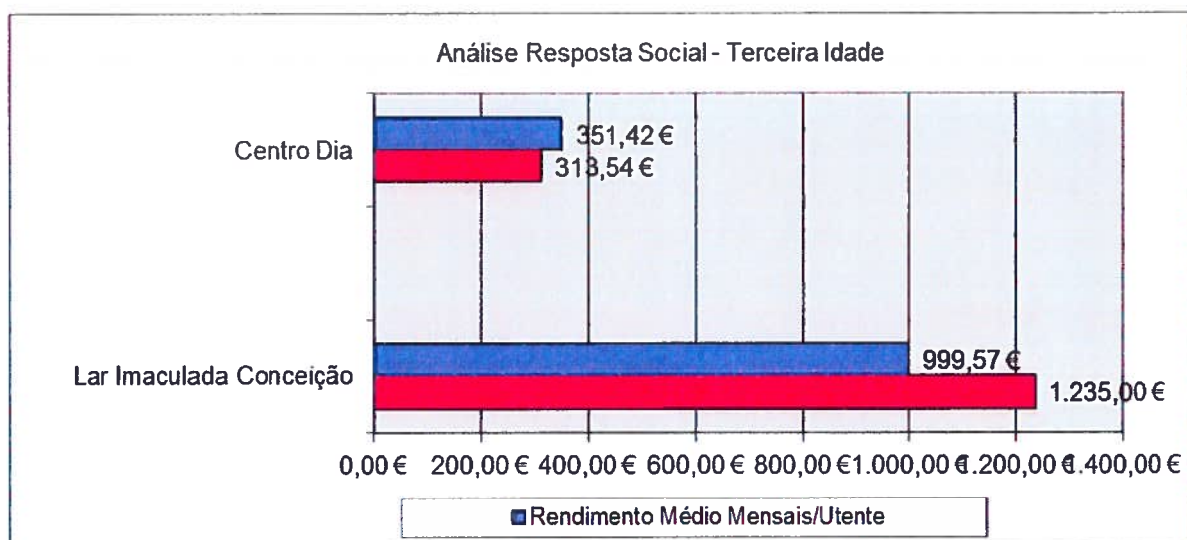
	Comparação com o orçamento 2016										Comparação Anual		
	Centro de Dia		Lar 3ª Idade		Apoyo Domiciliário		Apoyo Domiciliário Integrado		Terceira Idade				
	2016	Orçamento 2016	2016	Orçamento 2016	2016	Orçamento 2016	2016	Orçamento 2016	2016	Orçamento 2016	2016	2015	
RENDIMENTOS E GASTOS													
Vendas e serviços prestados	11.794,32 €	12.021,00 €	358.559,48 €	353.033,00 €	70.003,25 €	71.434,00 €	2.052,55 €	2.148,00 €	442.409,60 €	422.878,50 €			
Custo das vendas e dos serviços	118,37 €	0,00 €	21.041,03 €	15.139,00 €	1.146,20 €	785,00 €	9,64 €	0,00 €	22.315,24 €	18.675,27 €			
Resultado Bruto	11.675,95 €	12.021,00 €	337.518,45 €	337.894,00 €	68.857,05 €	70.649,00 €	2.042,91 €	2.148,00 €	420.094,36 €	404.203,23 €			
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Subsídios, doações e legados à exploração	13.507,44 €	8.412,00 €	270.705,44 €	258.476,00 €	174.775,66 €	170.710,00 €	9.122,92 €	8.535,00 €	468.111,46 €	433.578,53 €			
Outros rendimentos e ganhos	0,75 €	0,00 €	54.440,01 €	47.986,00 €	4.595,93 €	0,00 €	0,39 €	4.480,00 €	59.037,08 €	61.201,65 €			
Financiamentos e serviços externos	8.966,41 €	8.000,00 €	357.564,51 €	265.000,00 €	91.940,94 €	80.000,00 €	224,22 €	0,00 €	458.696,08 €	483.472,24 €			
Gastos com o Pessoal	13.310,27 €	12.750,00 €	360.497,18 €	323.500,00 €	125.415,15 €	100.500,00 €	12.331,91 €	10.450,00 €	511.554,51 €	470.173,03 €			
Outros gastos e perdas	54,30 €	0,00 €	3.323,52 €	2.750,00 €	2.629,14 €	0,00 €	29,11 €	0,00 €	6.036,07 €	5.706,04 €			
Perdas por Imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.190,00 €	
Resultado operacional (antes de Depreciações/Amortizações, financiamento e impostos)	2.853,16 €	-317,00 €	-58.721,31 €	53.106,00 €	28.243,41 €	60.859,00 €	-1.419,02 €	4.713,00 €	-29.043,76 €	-62.557,90 €			
Gastos de depreciação e de amortização	121,84 €	0,00 €	102.265,93 €	97.500,00 €	15.676,51 €	10.000,00 €	65,33 €	0,00 €	118.129,61 €	120.759,36 €			
Juros e Gastos similares suportados	3,71 €	0,00 €	46,35 €	0,00 €	88,39 €	0,00 €	1,99 €	0,00 €	140,44 €	28,83 €			
Juros e rendimentos similares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Resultado antes de impostos	2.727,61 €	-317,00 €	-161.033,59 €	-44.394,00 €	12.478,51 €	50.859,00 €	-1.486,34 €	4.713,00 €	-147.313,81 €	-183.346,09 €			
Imposto sobre o rendimento do período	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Resultado líquido do período	2.727,61 €	-317,00 €	-161.033,59 €	-44.394,00 €	12.478,51 €	50.859,00 €	-1.486,34 €	4.713,00 €	-147.313,81 €	-183.346,09 €			



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Resposta Social	Lar Imaculada Conceição	Centro Dia
Colaboradores afetos	28	1
Prestadores Serviço	2	0

Utentes C/acordo	57	6
Utentes S/acordo	0	0
Total de Rendimentos da valência	683.704,93 €	25.302,51 €
Gasto Total Valência	844.738,52 €	22.574,90 €
Resultado Líquido por Valência	-161.033,59 €	2.727,61 €
Gasto Médio Mensal/Utente	1.235,00 €	313,54 €
Rendimento Médio Mensais/Utente	999,57 €	351,42 €
Gasto/Proveito Apurado por Utente	-235,43 €	37,88 €



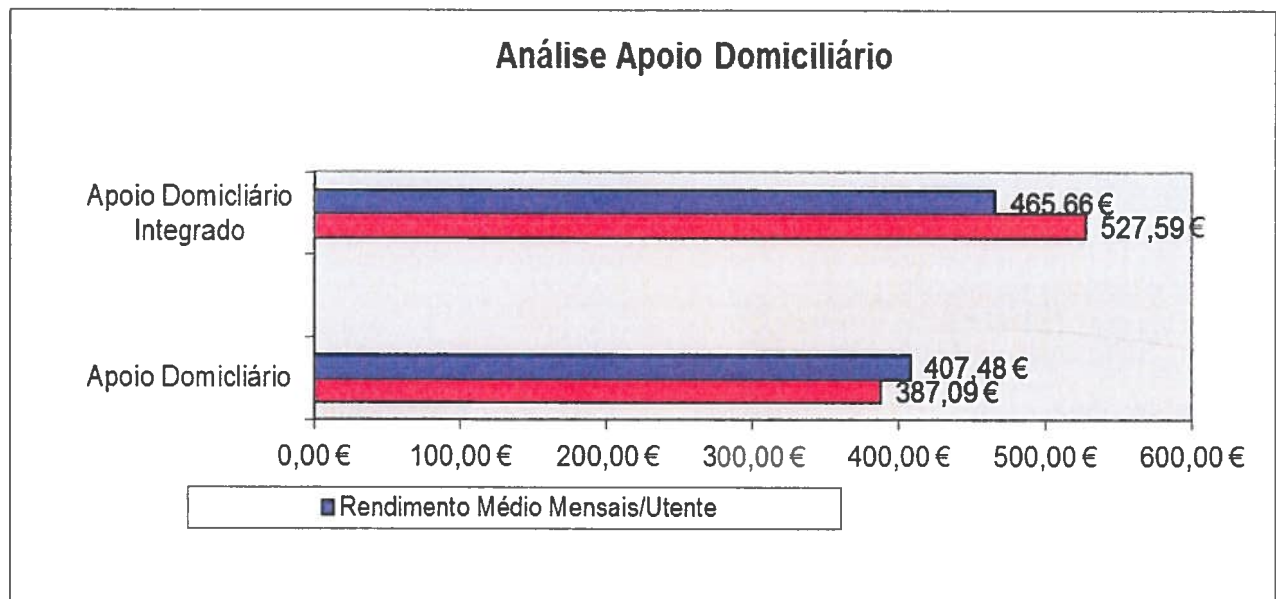
Pelo que já foi exposto (pág. 56) o resultado líquido do LIC, que anualmente, já costuma ser negativo, este ano ascendeu a **161.033,59 €**. O custo médio, por utente, devido ao nível de cuidados prestados, eleva-se a 1.235,00€. Porque a média de rendimento, por utente, incluindo a participação da segurança Social, é de **999,57 €**, apresenta um Resultado negativo de **235,43 €**.



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Resposta Social	Apoio Domiciliário	
	Colaboradores afetos	Apoio Domiciliário Integrado
	8	1
Prestadores Serviço afetos	0	0

Utentes C/acordo	51	2
Utentes S/acordo	0	0
<i>Total de Rendimentos da valência</i>	249.374,84 €	11.175,86 €
<i>Gasto Total Valência</i>	236.896,33 €	12.662,20 €
<i>Resultado Líquido por Valência</i>	12.478,51 €	-1.486,34 €
Gasto Médio Mensal/Utente	387,09 €	527,59 €
Rendimento Médio Mensais/Utente	407,48 €	465,66 €
Gasto/Proveito Apurado por Utente	20,39 €	-61,93 €



O serviço de Apoio Domiciliário, é prestado 7 dias por semana, em 365 dias por ano. É uma das nossas valências onde se pode visualizar a autossustentabilidade, ou seja, apenas com as mensalidades dos utilizadores e as comparticipações da Segurança Social, terminou este ano com um resultado líquido positivo de **12.478,51 €**. O Apoio Domiciliário Integrado, devido à sua especificidade, apresenta um resultado líquido negativo de **1.486,34 €**.

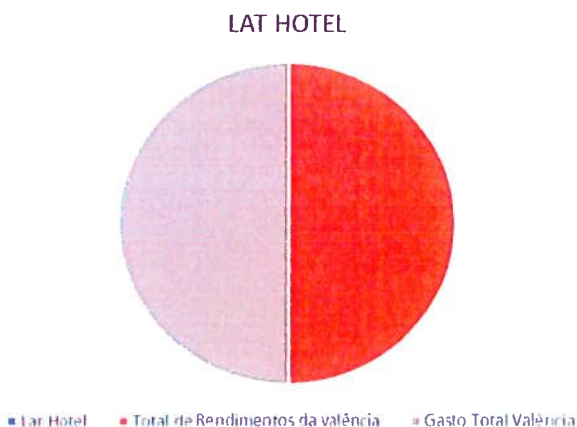


Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

5.1.4 Análise Lar Hotel

RENDIMENTOS E GASTOS	Lar Hotel			
	Comparação com o orçamento		Comparação Anual	
	2016	Orçamento 2016	2016	2015
Vendas e serviços prestados	385.477,80 €	425.000,00 €	385.477,80 €	416.881,82 €
Custo das vendas e dos serviços prestados	96.021,55 €	100.910,00 €	96.021,55 €	99.140,99 €
Resultado Bruto	289.456,25 €	324.090,00 €	289.456,25 €	317.740,83 €
Trabalhos para a própria entidade	113.099,97 €	98.849,00 €	113.099,97 €	103.014,73 €
Subsídios, doações e legados à exploração	1.899,19 €	0,00 €	1.899,19 €	133,65 €
Outros rendimentos e ganhos	14.383,48 €	10.209,00 €	14.383,48 €	11.862,33 €
Fornecimentos e serviços externos	89.327,41 €	105.000,00 €	89.327,41 €	121.780,48 €
Gastos com o Pessoal	303.939,99 €	287.500,00 €	303.939,99 €	302.766,44 €
Outros gastos e perdas	170,91 €	1.000,00 €	170,91 €	1.096,36 €
Resultado operacional (antes de Depreciações/Amortizações, financiamento e impostos)	25.400,58 €	39.648,00 €	25.400,58 €	7.108,26 €
Gastos de depreciação e de amortização	25.473,36 €	27.500,00 €	25.473,36 €	25.813,98 €
Juros e Gastos similares suportados	33,66 €	0,00 €	33,66 €	611,63 €
Juros e rendimentos similares	0,00 €		0,00 €	0,00 €
Resultado antes de impostos	-106,44 €	12.148,00 €	-106,44 €	-19.317,35 €
Imposto sobre o rendimento do período	0,00 €		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período	-106,44 €	12.148,00 €	-106,44 €	-19.317,35 €

Lar Hotel	
Colaboradores afetos	25
Nº médio Clientes a 31 dezembro 2016	26
<i>Total de Rendimentos da</i>	<i>514.860,44 €</i>
<i>Gasto Total Valência</i>	<i>514.966,88 €</i>
<i>Resultado Líquido por</i>	<i>-106,44 €</i>
Gasto Médio Mensal/Cama	1.650,53 €
Rendimento Média por Cama	1.650,19 €
Resultado Líquido Anual	-0,34 €



O Lar Hotel, apesar de possuir uma tabela própria, não consegue garantir a rentabilidade desejada, pois a média de ocupação ficou muito abaixo do esperado. Estimou-se que no ano 2016 a ocupação cegaria aos 28 utentes.

Essencialmente pelo que foi referido anteriormente, o Lar Hotel fechou, em 2016, com um resultado líquido negativo mesmo que residual de **-106,44€**.



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

5.1.5 Análise Unidade de Cuidados Continuados

RENDIMENTOS E GASTOS	Comparação com o orçamento		Comparação Anual	
	UCCI		UCCI	
	2016	Orçamento 2016	2016	2015
Vendas e serviços prestados	857.630,72 €	852.184,00 €	857.630,72 €	854.492,64 €
Custo das vendas e dos serviços prestados	73.635,96 €	51.077,00 €	73.635,96 €	71.292,99 €
Resultado Bruto	783.994,76 €	801.107,00 €	783.994,76 €	783.199,65 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios, doações e legados à exploração	8.176,16 €	0,00 €	8.176,16 €	138,79 €
Outros rendimentos e ganhos	4.716,72 €	2.882,00 €	4.716,72 €	4.952,21 €
Fornecimentos e serviços externos	311.245,86 €	302.500,00 €	311.245,86 €	329.353,43 €
Gastos com o Pessoal	422.300,12 €	370.500,00 €	422.300,12 €	368.602,00 €
Outros gastos e perdas	3.616,12 €	2.500,00 €	3.616,12 €	1.894,55 €
Resultado operacional (antes de Depreciações/Amortizações, financiamento e impostos)	59.725,54 €	128.489,00 €	59.725,54 €	88.440,67 €
Gastos de depreciação e de amortização	50.532,76 €	72.500,00 €	50.532,76 €	50.308,01 €
Juros e Gastos similares suportados	100,12 €	0,00 €	100,12 €	10,16 €
Juros e rendimentos similares	0,00 €		0,00 €	0,00 €
Resultado antes de impostos	9.092,66 €	55.989,00 €	9.092,66 €	38.122,50 €
Imposto sobre o rendimento do período	0,00 €		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período	9.092,66 €	55.989,00 €	9.092,66 €	38.122,50 €

<u>Resposta Social</u>	<u>UCCI</u>
Colaboradores afetos	25
Colaboradores afetos	14
Taxa de ocupação	96,30%
Nº Médio de Camas ocupadas	27
Rendimentos	
<i>Total de Rendimentos da valência</i>	<i>870.523,60 €</i>
<i>Gasto Total Valência</i>	<i>861.430,94 €</i>
<i>Resultado Líquido por Valência</i>	<i>9.092,66 €</i>
Gasto Médio Mensal/Cama	2.658,74 €
Rendimento Média por Cama	2.686,80 €
Resultado Líquido Mensal por Cama	28,06 €

Esta Resposta Social apresenta, desde a sua abertura, uma autonomia de sustentabilidade muito boa como provam os resultados líquidos que se têm vindo a verificar. Este ano de 2016 não é diferente, e, mais uma vez, o resultado líquido foi positivo em **9.092,66 €**. Esta rentabilidade deve-se ao facto de a ocupação desta Resposta Social ser bastante elevada, atingindo neste ano, a taxa de **96,30%**.



5.1.6 Análise Resposta Social – Apoio à Comunidade – Cantina Social

RENDIMENTOS E GASTOS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	847,30 €	941,50 €
Custo das vendas e dos serviços prestados	1.591,12 €	1.668,71 €
Resultado Bruto	-743,82 €	-727,21 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €
Subsídios, doações e legados à exploração	78.363,48 €	85.413,39 €
Outros rendimentos e ganhos	3.977,99 €	4.363,15 €
Fornecimentos e serviços externos	70.772,20 €	63.380,98 €
Gastos com o Pessoal	34.237,63 €	27.164,32 €
Outros gastos e perdas	284,57 €	91,38 €
Resultado operacional (antes de Depreciações/Amortizações, financiamento e impostos)	-23.696,75 €	-1.587,35 €
Gastos de depreciação e de amortização	5.866,15 €	3.409,16 €
Juros e Gastos similares suportados	19,40 €	2,39 €
Juros e rendimentos similares	0,00 €	0,00 €
Resultado antes de impostos	-29.582,30 €	-4.998,90 €
Imposto sobre o rendimento do período	0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período	-29.582,30 €	-4.998,90 €

Colaboradores afetos

3

Nº Médio de Refeições Mensais	2548
<i>Total de Rendimentos da valência</i>	<i>83.188,77 €</i>
<i>Gasto Total Valência</i>	<i>112.771,07 €</i>
<i>Resultado Líquido por Valência</i>	<i>-29.582,30 €</i>
Gasto Médio Mensal/refeição	3,69 €



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

5.1.7 Outras Atividades

RENDIMENTOS E GASTOS	SOM	Agricultura/ Pecuária	Rendas Prediais	Património	2016	2015
Vendas e serviços prestados	0,00 €	0,00 €	641,22 €	0,00 €	641,22 €	3.878,37 €
Custo das vendas e dos serviços prestados	0,00 €	0,00 €	285,00 €	740,47 €	1.025,47 €	1.420,77 €
Resultado Bruto	0,00 €	0,00 €	356,22 €	-740,47 €	-384,25 €	2.457,60 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00 €	0,00 €	3.992,71 €	1.995,85 €	5.988,56 €	1.234,69 €
Outros rendimentos e ganhos	0,00 €	0,00 €	571.919,12 €	0,00 €	571.919,12 €	591.680,74 €
Fornecimentos e serviços externos	1.312,14 €	2.187,19 €	62.728,25 €	24.235,66 €	90.463,24 €	139.220,18 €
Gastos com o Pessoal	12.050,37 €	0,00 €	12.169,45 €	10.765,86 €	34.985,68 €	96.878,00 €
Outros gastos e perdas	0,00 €	0,00 €	2.177,17 €	301,90 €	2.479,07 €	5.702,13 €
Resultado operacional (antes de Depreciações/Amortizações, financiamento e impostos)	-13.362,51 €	-2.187,19 €	499.193,18 €	-34.048,04 €	449.595,44 €	353.572,72 €
Gastos de depreciação e de amortização	0,00 €	1.314,03 €	55.314,87 €	29.504,58 €	86.133,48 €	86.372,48 €
Juros e Gastos similares suportados	0,00 €	0,00 €	893,84 €	-530,16 €	363,68 €	1.418,29 €
Juros e rendimentos similares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado antes de impostos	-13.362,51 €	-3.501,22 €	442.984,47 €	-63.022,46 €	363.098,28 €	265.781,95 €
Imposto sobre o rendimento do período	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período	-13.362,51 €	-3.501,22 €	442.984,47 €	-63.022,46 €	363.098,28 €	265.781,95 €



6 - Considerações Finais

Após o termo do exercício, não ocorreram factos relevantes que afectem a situação económica e financeira, expressas pelas Demonstrações Financeiras.

As decisões tomadas pela Mesa Administrativa assentaram em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela instituição.

Não existem dívidas em mora perante o sector público.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras.

6.1 Relatório de Atividades e Gestão ... em Conclusão:

O presente documento relata as principais atividades e iniciativas desenvolvidas pela Instituição no decorrer do ano de 2016. Todas elas centradas, direta ou indiretamente, na vertente da ação social e do acompanhamento dos Utentes.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido e procurando sempre a satisfação das necessidades dos Utentes, temos como compromisso a criação de valor económico e social, baseado em princípios de ética, num horizonte de médio e longo prazo.

Assegurando o cumprimento das normativas legais em vigor, delincamos uma estratégia de desenvolvimento social, com tendência para a sustentabilidade da própria Instituição, assim como, a concretização duma prestação de serviços integrados, orientados para o agrado dos Utentes.

As PESSOAS em primeiro lugar ... São elas que alimentam o processo organizativo, através das quais se geram os resultados obtidos. A eficácia duma organização depende da eficácia das pessoas que procuram potenciar o seu trabalho em equipa, como a gestão do tempo, da informação, antecipando o planeamento, para uma estratégia de futuro com sucesso.

É aqui que também temos de olhar para os nossos Seniores e as nossas Crianças, para o seu espaço, o bem-estar, enquanto “Utentes” duma Instituição que lhes merece todo o nosso respeito.

A Santa Casa assume-se como uma instituição com uma intervenção global, abraçando várias áreas de atuação que, funcionam numa dinâmica de complementaridade, procurando desse modo responder de forma completa às pessoas e à comunidade.

A gestão financeira, com as dificuldades próprias de tempos de crise, foi rigorosa e equilibrada.



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

A Mesa Administrativa

Provedor

Jose Joaquim Dias Gomes

(Padre José Joaquim Dias Gomes)

Vice-Provedor

Helder Augusto Gonçalves de Oliveira

(Hélder Augusto Gonçalves de Oliveira)

Secretário

Amílcar Alexandre Carneiro Pereira Marcelino

(Amílcar Alexandre Carneiro Pereira Marcelino)

Tesoureiro

Adelino Alves Pires

(Adelino Alves Pires)

1.º Vogal

Manuel Luis P. Oliveira Brochado

(Manuel Luis-P. Oliveira Brochado)

2.º Vogal

Maria Valentina Machado Taveira Campos

(Maria Valentina Machado Taveira Campos)

3.º Vogal

António José Pádua Correia de Azevedo

(António José Pádua Correia de Azevedo)

Aprovado em Assembleia-Geral de ___/___/___

Mesa da Assembleia-Geral





7 - MAPAS ANEXOS

- ✓ **Balanço**
- ✓ **Demonstração de Resultados por Natureza**
- ✓ **Mapa de Fluxos de Caixa**
- ✓ **Resultados por Valência**
- ✓ **Mapa de Subsídios ao investimento**
- ✓ **Parecer do Conselho Fiscal**
- ✓ **Relatório Revisor Oficial de Contas**



RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		6.697.046,72	7.321.272,37
Bens do património histórico e artístico e cultural		880.276,65	876.728,10
Investimentos financeiros		7.880,53	5.727,38
Outros Créditos e ativos não correntes		2.087.749,26	1.505.683,68
		9.672.953,16	9.709.411,53
Ativo corrente			
Inventários		24.149,20	20.882,31
Créditos a receber		308.880,85	286.653,74
Estado e outros entes públicos		36.160,68	60.203,66
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		3.485,00	2.505,00
Diferimentos		22.641,38	27.757,18
Outros ativos correntes		740,63	6,86
Caixa e depósitos bancários		245.706,35	135.700,62
		641.764,09	533.709,37
Total do ativo		10.314.717,25	10.243.120,90
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1.516.678,29	1.516.678,29
Resultados transitados		5.788.529,38	5.878.710,31
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1.925.696,53	2.003.491,66
		9.230.904,20	9.398.880,26
Resultado líquido do período		2.521,52	-28.577,68
Total dos fundos patrimoniais		9.233.425,72	9.370.302,58
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		369.426,76	200.000,00
Outras dívidas a pagar		0,00	4.460,00
		369.426,76	204.460,00
Passivo corrente			
Fornecedores		84.037,39	89.596,36
Estado e outros entes públicos		119.805,24	111.050,38
Financiamentos obtidos		30.573,24	25.979,07
Diferimentos		97.690,29	95.869,47
Outros passivos correntes		379.758,61	345.863,04
		711.864,77	668.358,32
Total do passivo		1.081.291,53	872.818,32
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10.314.717,25	10.243.120,90

A Mesa Administrativa

O Contabilista

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	2.021.011,24	2.009.592,21
Subsídios, doações e legados à exploração	11	1.649.404,69	1.531.229,99
Trabalhos para a própria entidade		702.439,90	729.214,14
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	269.305,23	260.599,94
Fornecimentos e serviços externos	14	1.738.410,64	1.922.237,49
Gastos com o pessoal	12	2.642.264,83	2.417.263,32
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	2.640,00
Outros rendimentos	9;14	679.801,30	703.478,90
Outros gastos	14	18.729,69	23.177,64
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		383.946,74	347.596,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5;6	380.560,65	374.079,33
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.386,09	-26.482,48
Juros e gastos similares suportados	7;14	864,57	2.095,20
Resultados antes de impostos		2.521,52	-28.577,68

A Mesa Administrativa

O Contabilista



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes	9	2.028.076,20	2.007.898,26
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	12	1.432.644,99	1.464.952,99
Pagamentos ao pessoal		2.517.379,66	2.325.038,97
Caixa gerada pelas operações		-1.921.948,45	-1.782.093,70
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos e pagamentos	11	2.209.558,48	1.973.473,90
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		287.610,03	191.380,20
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		347.535,34	618.075,41
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		3.040,31	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		675,07	812,04
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		5.624,32	74.622,32
Juros e rendimentos similares		0,00	495,57
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-344.276,26	-542.145,48
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		479.000,00	931.500,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	7	304.986,74	899.916,21
Juros e gastos similares	7	7.341,30	2.095,20
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		166.671,96	29.488,59
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		110.005,73	-321.276,69
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		135.700,62	456.977,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período		245.706,35	135.700,62

A Mesa Administrativa

O Contabilista

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (3)	TAXA DE AMORTIZ.º (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (9)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)			
					1.º AO 2.º ANO (5)	3.º e 4.º ANO (6)	5.º ANO (7)	6.º ao 7.º ANO (8)	A débito (10)		A crédito (11)	Outros créditos (12)					
					19 AO 20 ANO	4.º e 5.º ANO	6.º ANO	7.º ao 8.º ANO					Para a 70831/2		Outros débitos	Recebimentos	
SUBSIDIOS																	
5931	PIDDAC																
593101	Lar Juvenil - Investimento agora imputado à valência Lar 3ª Idade	2002	469.583,35 C	2,00%	9.391,67 C	9.391,67 C	9.391,67 C	9.391,67 C	338.100,01 C	9.391,67 C				0,00 C			
593102	Lar Escola Donas de Casa -	2002	832.095,31 C	2,00%	16.641,91 C	16.641,91 C	16.641,91 C	16.641,91 C	599.108,62 C	16.641,91 C				378.708,35 C			
593103	UAI ACTUALMENTE UCCI	2005	113.678,00 C	2,00%	2.273,56 C	2.273,56 C	2.273,56 C	2.273,56 C	90.942,40 C	2.273,56 C				582.466,72 C			
	...													88.668,84 C			
5932	OUTROS																
593202	C.R.S.S - AUTO 19(LAR 3ª IDADE)	2002	152.109,32 C	2,00%	3.242,19 C	3.242,19 C	3.242,19 C	3.242,19 C	116.718,71 C	3.242,19 C				113.476,52 C			
593201	LAR DE IDOSOS	2002	578.617,54 C	2,00%	11.572,35 C	11.572,35 C	11.572,35 C	11.572,35 C	416.604,63 C	11.572,35 C				405.032,28 C			
593203	C.R.S.S - LAR HOTEL	2002	287.252,50 C	2,00%	5.745,05 C	5.745,05 C	5.745,05 C	5.745,05 C	212.566,85 C	5.745,05 C				206.821,80 C			
593204	C.C.R.N - (Igreja Antigo Hospital, Igreja Misericórdia)	2002	17.390,09 C	2,00%	347,80 C	347,80 C	347,80 C	347,80 C	12.520,86 C	347,80 C				12.173,06 C			
593205	DGAL - (MUSEU)	2004	29.778,00 C	2,00%	595,56 C	595,56 C	595,56 C	595,56 C	23.226,84 C	595,56 C				22.631,28 C			
593206	QREN-NORTE-03-0347-FEDER-000042	2010	108.344,80 C	33,33%	36.111,32 C				0,00 C	0,00 C				0,00 C			
593206	QREN-NORTE-03-0347-FEDER-000042	2011	47.551,37 C	33,33%	15.848,87 C				0,00 C	0,00 C				0,00 C			
593206	QREN-NORTE-03-0347-FEDER-000042***	2011	8.205,07 C	33,33%	2.735,02 C				0,00 C	0,00 C				0,00 C			
593207	MASES- Fortecimento e Montagem de Ascensor Hidráulico	2010	12.800,00 C	20,00%	2.560,00 C	2.560,00 C			0,00 C	0,00 C				0,00 C			
593301	PRODER- Obras de Adaptação, Ampliação e remodelaçã	2010	14.838,52 C	**	8.663,26 C	1.128,20 C	1.128,20 C	1.128,20 C	2.790,66 C	1.128,20 C				1.662,46 C			
593302	PRODER - Viaturas	2012	25.052,62 C	20,00%	5.010,52 C	5.010,52 C			5.010,52 C	5.010,52 C				0,00 C			
593303	PRODER- Obras de Adaptação, Ampliação e remodelaçã	2013	91.535,27 C	12,50%	11.441,91 C	11.441,91 C	11.441,91 C	11.441,91 C	57.209,54 C	11.441,91 C				45.767,64 C			
593208	23/SUB/SE/MSSS/2012 - Subsidio Carrinhas*	2012	11.200,00 C	20,00%	2.240,00 C	2.240,00 C			4.480,00 C	2.240,00 C				2.240,00 C			
593208	23/SUB/SE/MSSS/2012 - Subsidio Carrinhas	2013	11.200,00 C	20,00%	2.240,00 C	2.240,00 C			4.480,00 C	2.240,00 C				2.240,00 C			
593401	Eficiência Energética - 5- Construção	2014	101.668,30 C	5,00%	5.083,42 C	5.083,42 C	5.083,42 C	5.083,42 C	91.501,47 C	5.083,42 C				86.418,06 C			
593401	Eficiência Energética - 3- Serviços - Estudos Técnicos Específicos	2014	7.453,79 C	100,00%	7.453,79 C				0,00 C	0,00 C				0,00 C			
593401	Eficiência Energética -55- Equipamento - de informática, administrativo e básico	2014	3.363,96 C	25,00%	840,99 C	840,99 C			1.681,98 C	840,99 C				840,99 C			
TOTAL SUBS.											150.039,19 C	80.355,12 C	67.463,61 C	67.463,61 C	1.976.943,11 C	77.795,12 C	1.899.147,98 C

[Handwritten signature]
A Mesa Administrativa

[Handwritten signature]
Contabilista



PARECER DO CONSELHO FISCAL ANO 2016

De acordo com as disposições legais aplicáveis, o Conselho Fiscal ou Definitório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, composto pelo seu Presidente, o Irmão Daniel Abílio Ferreira Bastos, pelo Vice- Presidente, o Irmão José Rogério Pereira Fernandes e pelo Secretario -Relator, o Irmão Alfredo José Branco Ribeiro, emite o seu Parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do Ano de 2016 e restantes documentos de suporte à respetiva análise, que lhe foram presentes na reunião que se realizou no dia 20 de Fevereiro 2017 na Sede Social.

Introdução:

- 1) Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, as quais compreendem o balanço a 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de balanço de 10.314.717,25€ (dez milhões, trezentos e catorze mil, setecentos e dezassete euros e vinte e cinco cêntimos), e um total de Fundos patrimoniais de 9.233.425,72€ (nove milhões, duzentos e trinta e três mil, quatrocentos e vinte e cinco euros e setenta e dois cêntimos), incluindo um resultado líquido de 2.521,52€ (dois mil, quinhentos e vinte e um euro e cinquenta e dois cêntimos)), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo naquela data.

Responsabilidade:

- 2) É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real e os resultados das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados à manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3) A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4) A análise abrangeu uma verificação da informação financeira constante dos elementos contabilísticos e do relatório de gestão entregue em reunião de Conselho Fiscal.
- 5) Entendemos que da análise efetuada se verificou que depois de todos os esforços desenvolvidos pela Mesa Administrativa para a execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2016, o mesmo teve um desvio considerável. De realçar os gastos com Recursos Humanos que continua a ter um peso significado na totalidade dos gastos da instituição ficando este ano acima dos 52%. Este desvio deveu-se essencialmente às atualizações das tabelas salariais que ocorreu em novembro de 2016 pela entrada em vigor da



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

nova Convenção Coletiva de Trabalho, e, conseqüentemente a atualização/reajustes de algumas categorias profissionais. Por outro lado, importa também realçar a reestruturação do quadro de pessoal da nossa Resposta Social Lar Escola Florinhas da Neve, que devido à saída das Irmãs Franciscanas, levou a que tivessem de ser reclassificadas duas colaboradoras de ajudantes de Lar para Encarregadas Gerais, contratação de 2 Ajudantes de Lar e Centro de Dia e de 1 técnica Superior, neste caso na área de Educação Social.

- 6) Verificamos com muito agrado os esforços desenvolvidos para terminar a reconstrução/requalificação das Casas da Rua Madame Broiulhard, e a preocupação em ter à data de encerramento do presente relatório as Casas totalmente alugadas por forma a fazer face ao empréstimo obtido para a sua execução. Ressalvamos também a preocupação na gestão de gastos que permitiu executar estas obras sem esgotar a necessidade de empréstimo contratualizado de 500.000,00€. Aquando da conclusão das obras o valor que ficou efetivamente em dívida foi de 400.000,00€. Empréstimo este que teve como início de amortização janeiro de 2017.

Opinião

- 7) Em nossa opinião, as referidas peças contabilísticas, apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, em 31 de dezembro de 2016 e os resultados das suas operações no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos.
- 8) É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Pelo que:

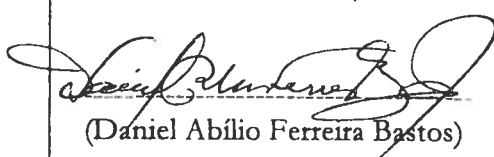
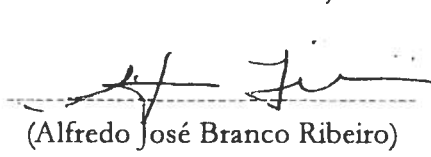
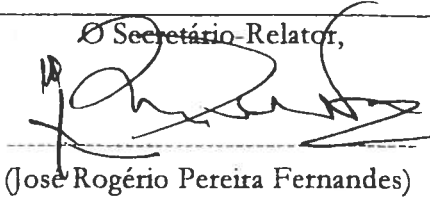
O Conselho Fiscal é de “parecer” estarem reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- O Relatório da Mesa Administrativa;
- Contas do Exercício de 2016.

Terminamos, declarando que, pela observação que nos foi possível desenvolver, o Definitório afirma que o Balanço, Demonstração de Resultados e Mapa de Fluxos de Caixa, bem como o correspondente Relatório, refletem a realidade atual desta Instituição, pelo que propomos a sua aprovação.

Vila Real, 20 de fevereiro de 2017

O Conselho Fiscal

O Presidente,  (Daniel Abílio Ferreira Bastos)	O Vice-Presidente,  (Alfredo José Branco Ribeiro)	O Secretário-Relator,  (José Rogério Pereira Fernandes)
---	---	--



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 10.314.717,25 € e um total de fundos patrimoniais de 9.233.425,72 €, incluindo um resultado líquido de 2.521,52 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção para o facto de o valor registado em “trabalhos para a própria empresa”, constante da Demonstração de Resultados, corresponder ao valor dos serviços prestados às várias valências que compõem o todo da entidade por certa unidade que também dela faz parte integrante. Ora, na medida em que o valor escriturado a respeito desses trabalhos para a própria empresa é contabilisticamente compensado em gastos e por igual montante, o impacto nos Resultados da entidade é nulo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;





António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à



António Fernando Ledo de Matos

*Revisor Oficial de Contas
Economista*

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Real, 14 de março de 2017


António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855





Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

8 - Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Anexo



Índice

1 - Identificação da Entidade.....	4
2- Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3 - Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1 - Principais políticas contabilísticas:.....	5
3.1.1 Continuidade:	5
3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):	5
3.1.3 Consistência de Apresentação	6
3.1.4 Materialidade e Agregação:.....	6
3.1.5 Compensação	6
3.1.6 Informação Comparativa	6
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis.....	7
3.2.2 Bens do património histórico e cultural.....	8
3.2.3 Propriedades de Investimento	9
3.2.4 Ativos Intangíveis	9
3.2.5 Investimentos financeiros	9
3.2.6 Inventários	10
3.2.7 Instrumentos Financeiros.....	10
3.2.8 Fundos Patrimoniais	12
3.2.9 Provisões	12
3.2.10 Financiamentos Obtidos	12
3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos	13
4 - Ativos Fixos Tangíveis.....	15
5 - Ativos Intangíveis	19
6 - Custos de Empréstimos Obtidos.....	20
7 - Inventários	20
8 - Rendimentos e Gastos.....	21
9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	22
10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	22
11- Instrumentos Financeiros.....	22
12 - Benefícios dos colaboradores.....	24
13 - Acontecimentos após a data do balanço	25
14 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais	25
15 - Outras Divulgações.....	25
15.1 Investimentos Financeiros	25

15.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	26
15.3	Clientes e Utentes	26
15.4	Outros créditos a receber e outros ativos correntes	27
15.5	Diferimentos.....	27
15.6	Caixa e Depósitos Bancários.....	28
15.7	Fornecedores	28
15.8	Estado e Outros Entes Públicos	28
15.9	Outros passivos correntes	29
15.10	Fornecimentos e serviços externos.....	29
15.12	Outros gastos	30
15.13	Gastos de financiamento e Juros, dividendos e outros rendimentos similares	30
15.14	Subsídios e apoios obtidos	30
15.15	Detalhe dos empréstimos obtidos	31

1 - Identificação da Entidade

1.1 – Designação da entidade

Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

NIF - 500843090

1.2- Sede

Largo Monsenhor Jerónimo do Amaral
5000-663 Vila Real

1.3- Natureza da atividade

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 267, Série III de 18-11-1992, e que tem como atividade principal o apoio social a idosos com alojamento (CAE 87301).

Dispõe, também, de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados, com internamento de média e longa duração (CAE 86100).

No contexto educacional, exerce a atividade de Educação Pré-escolar (CAE 85100) e de cuidados para crianças sem alojamento (CAE 88910).

2- Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. - As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada no Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 - *Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 - *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

Dado que os Resultados Transitados de 2016 foram afetados pela correção de erros de períodos anteriores, a apreciação do valor do saldo desta conta para este ano comparativamente ao ano anterior deverá ter em conta este facto. Para maior detalhe, ver o ponto 3.5 deste anexo.

3 - Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a

estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A este respeito, observar o que acima foi referido a propósito das Propriedades de Investimento.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras.

Tais considerações e princípios sobre a materialidade foram acolhidos na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da instituição.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Genericamente, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Num ou noutro caso isolado foi necessário alterar a política contabilística relativamente ao período anterior; nestas circunstâncias

excepcionais, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação foram divulgadas neste Anexo, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

b) Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou de produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo de grande significado, assim como o seu respetivo valor residual, quando este exista.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciadas, sendo calculadas assim que as mesmas estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada das incorporações em causa.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens só são depreciables, sendo calculadas assim que as mesmas estejam em condições de serem utilizados pelo método da linha reta e em conformidade com o período de vida útil estimado, se revelarem condições para o serem.

3.2.3 Propriedades de Investimento

De acordo com o novo normativo aplicável às ESNL, os bens que anteriormente eram reconhecidos em Propriedades de Investimento passaram a ser reconhecidos em Ativos Fixos Tangíveis. Deste modo, em 2016 procedeu-se à integração desta categoria de bens nos referidos Ativos, aplicando-se-lhes os mesmos critérios de reconhecimento e mensuração.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	4
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	3

3.2.5 Investimentos financeiros

As contas da entidade apresentam valores irrelevantes nesta categoria de ativos, sendo que tais valores encontram-se mensurados ao custo de aquisição, não evidenciando sinais de imparidade no final do período.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras; no entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição/construção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só se inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades conexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento

no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão pela AT.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2017.

No momento presente, entende-se que não existe um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano de 2017.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.3 – Alterações nas políticas contabilísticas:

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas em 2016 face ao ano precedente resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa. No caso concreto, tais alterações repercutiram-se na contabilização das Propriedades de Investimento, as quais foram reclassificadas em Ativos Fixos Tangíveis, e sobre a forma de contabilizar os rendimentos decorrentes desses Ativos.

3.4 – Alterações nas Estimativas Contabilísticas:

Não ocorreram alterações nas estimativas contabilísticas.

3.5 – Correção de erros de períodos anteriores

Foram reconhecidas, em 2016, depreciações imputáveis a períodos anteriores, as quais, por erro, não foram contabilizadas nesses períodos.

Por outro lado, Processos instaurados em períodos anteriores tiveram, em 2016, o seu desfecho, o qual implicou dispêndios monetários por parte da Entidade. Relativamente a tais Processos, embora mencionada a sua existência nas Contas dos períodos correspondentes, não foi, na devida altura, constituída a correspondente Provisão (por desconhecimento do valor apropriado).

Segue-se um quadro tradutor da natureza das situações tratadas e o respetivo impacto nas contas do exercício.

em €

Facto Patrimonial tratado na contabilidade	Impacto no Balanço				
	Contas movimentadas				Efeito Líquido
	Com impacto positivo nos Fundos Patrimoniais		Com impacto negativo nos Fundos Patrimoniais		
	Conta	Valor	Conta	Valor	Valor
Reconhecimento de gastos decorrentes de indemnizações pagas ao pessoal - Processos anos anteriores			12	51.000,00	-51.000,00
Reconhecimento de quotas de depreciação imputáveis a períodos anteriores			4338	10.603,25	-10.603,25
Efeito total nos Fundos Patrimoniais				61.603,25	-61.603,25

Faz-se notar que a contabilização das situações acima expressas não influenciou o valor dos Resultados do período.

4 - Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

b) Métodos de depreciação usados;

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Ver 3.2

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2015, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	6.582,31					6.582,31
Bens móveis	870.145,79					870.145,79
Total	876.728,10	0,00	0,00	0,00	0,00	876.728,10

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	6.582,31					6.582,31
Bens móveis	870.145,79			3548,55		873.694,34
Total	876.728,10	0,00	0,00	3.548,55	0,00	880.276,65

Outros Ativos Fixos Tangíveis

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições /	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	65.168,16					65.168,16
Edifícios e outras construções	9.355.808,73	252.579,17				9.608.387,90
Equipamento básico	1.146.428,79	15.799,56				1.162.228,35
Equipamento de transporte	151.323,44					151.323,44
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	459.442,09	21.574,99				481.017,08
Outros Ativos fixos tangíveis	94.502,15					94.502,15
Total	11.272.673,36	289.953,72	0,00	0,00	0,00	11.562.627,08
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2.881.676,79	225.898,92				3.107.575,71
Equipamento básico	849.278,11	46.041,92				895.320,03
Equipamento de transporte	112.817,25	15.062,30				127.879,55
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	389.667,65	35.839,39				425.507,04
Outros Ativos fixos tangíveis	83.222,73	1.115,15				84.337,88
Total	4.316.662,53	323.957,68	0,00	0,00	0,00	4.640.620,21
2016						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições /	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
		Dotações		as		
Custo						
Terrenos e recursos naturais	65.168,16			4.040,27		69.208,43
Edifícios e outras construções	9.608.387,90	305.520,73		2.798.176,31		12.712.084,94
Equipamento básico	1.162.228,35	14.682,29				1.176.910,64
Equipamento de transporte	151.323,44					151.323,44
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	481.017,08	32.349,36				513.366,44
Outros Ativos fixos tangíveis	94.502,15					94.502,15
Total	11.562.627,08	111.158,08	0,00	-3.548,55	0,00	14.717.396,04
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	3.107.575,71	288.713,07		906.790,26		4.303.079,04
Equipamento básico	895.320,03	45.121,48		4444,38		944.885,89
Equipamento de transporte	127.879,55	15.062,29				142.941,84
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	425.507,04	31.413,34		289,56		457.209,94
Outros Ativos fixos tangíveis	84.337,88	250,47		-105,00		84.483,35
Total	4.640.620,21	380.560,65	0,00	911.419,20	0,00	5.932.600,06

Os valores inscritos em “Depreciações e perdas por imparidade acumuladas” dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade nos dois períodos relatados.

Os avultados montantes verificados na coluna “Transferências” relativos a Edifícios e outras construções está relacionado com o facto de, em 2016, as Propriedades de Investimento passarem a integrar os Ativos Fixos Tangíveis, em conformidade com as normas atuais. Assim, em 2016, todos os montantes anteriormente constantes em Propriedades de Investimento foram reclassificados na rubrica Ativos Fixos Tangíveis, conforme variação ilustrada no quadro seguinte:

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Depreciações	Saldo Final
Propriedades de Investimento	2.406.499,63					2.406.499,63
Depreciações Acumuladas	850.694,30				50.121,65	900.815,95
Total	1.555.805,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.505.683,68

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Depreciações	Saldo Final
Propriedades de Investimento	2.406.499,63			-2.406.499,63		0,00
Depreciações	900.815,95			-900.815,95		0,00
Total	1.505.683,68	0,00	0,00	-1.505.683,68	0,00	0,00

5 - Ativos Intangíveis

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301.371,90					301.371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	301.371,90	0,00	0,00	0,00	0,00	301.371,90
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301.371,90					301.371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	301.371,90	0,00	0,00	0,00	0,00	301.371,90

2016

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301.371,90					301.371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	301.371,90	0,00	0,00	0,00	0,00	301.371,90
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	301.371,90					301.371,90
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	301.371,90	0,00	0,00	0,00	0,00	301.371,90

6 - Custos de Empréstimos Obtidos

Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

Durante o período foram capitalizados juros no valor de 6.476,73 €, decorrentes de um financiamento bancário diretamente associado à reconstrução/remodelação total de três edifícios habitacionais afetos ao arrendamento a terceiros. A referida reconstrução/remodelação total foi concluída em novembro de 2016, tendo todas as frações que compõe os edifícios remodelados sido ocupadas pelos inquilinos respetivos logo após essa conclusão.

7 - Inventários

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Ver 3.2

7.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Descrição	2015				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21.140,41	260.341,84	0,00	20.882,31	272.572,12	0,00	24.149,20
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	21.140,41	260.341,84	0,00	20.882,31	272.572,12	0,00	24.149,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				260.599,94			269.305,23
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

Espera-se que todas as quantias escrituradas de inventários sejam recuperadas num prazo inferior a doze meses, por via do seu consumo interno.

8 - Rendimentos e Gastos

8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito imediatamente após a prestação de tais serviços.

Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respetiva, visto que essa prestação é consumada num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação.

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	10.029,00	17.765,72
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	2.005.117,24	1.986.196,49
Quotas e joias	5.865,00	5.630,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	42,51	2.004,82
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	2.021.053,75	2.011.597,03

8.2 — *Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.*

A Entidade recebeu um donativo de 34.000,00 € no período, atribuído por uma única pessoa (singular). Considerando a magnitude do mesmo, tal rendimento pode ser considerado excecional, com o correspondente impacto nos rendimentos e resultados da entidade.

9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No final do período existiam créditos sobre utentes pelo valor de 6.642,16 €, cuja cobrança não estava (nem está) totalmente garantida, dada a condição dos devedores respetivos. Contudo, havendo ainda alguma hipótese de tal cobrança se realizar, não foi constituída a imparidade correspondente, assumindo-se, assim, esta situação como (fortemente) contingente.

Com relação a outras situações problemáticas de créditos sobre utentes não existem contingências a assinalar, sendo certo que um crédito em mora pelo valor aproximado de 13.000 € encontra-se caucionado por bens imóveis.

A Entidade foi contemplada com um testamento por via do qual foi beneficiada com ativos de valor relevante. Não havendo ainda condições para reconhecer tais ativos, tal reconhecimento não foi ainda consumado.

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

No exercício de 2016 os subsídios relacionados com ativos (e reconhecidos nos fundos patrimoniais) sofreram uma redução de 77.795,13 €, por via da sua transferência para rendimentos do exercício, sendo este o único movimento que afetou estes subsídios.

11- Instrumentos Financeiros

11.1 — *Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.*

Ver 3.2

11.2 — *Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor*

A entidade não dispõe de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

11.3 — *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.*

DESCRIÇÃO	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1.516.678,29			5.850.132,63		2.003.491,66		9.370.302,58
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Alterações de políticas contabilísticas								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(61.603,25)		(77.795,13)		(139.398,38)
				(61.603,25)		(77.795,13)		(139.398,38)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							2.521,52	2.521,52
RESULTADO EXTENSIVO								(136.876,86)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	1.516.678,29			5.788.529,38		1.925.696,53	2.521,52	9.233.425,72

11.4 — *Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:*

a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos

As dívidas com duração residual superior a cinco anos ascendem a 400.000,00 € em 31 de dezembro de 2016 (valor total a pagar) e estão relacionadas com um financiamento bancário contraído em 2015, sendo amortizado até ao ano de 2030.

Trata-se de um financiamento relacionado com a recuperação/remodelação de três imóveis destinados ao arrendamento.

b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

Em relação ao financiamento mencionado no ponto anterior foi prestada uma garantia real, sob a forma hipoteca, representada pelos edifícios visados por esse financiamento. O valor atribuído a essa garantia é de 500.000,00 €.

11.5 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- Dívidas a Instituições de crédito

O financiamento indicado em 12.4 – a)

12 - Benefícios dos colaboradores

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número de elementos da Mesa Administrativa, nos períodos de 2016 e 2015, foi de 7 elementos. De um período para o outro não se verificaram alterações relativas à composição da mesa administrativa. Os membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 193 e em 31/12/2016 foi de 195.

Os gastos que a Entidade incorreu com os colaboradores foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1.869.202,51	1.695.908,79
Benefícios Pós-Emprego	95,32	89,27
Indemnizações	3.673,58	5.525,78
Encargos sobre as Remunerações	447.970,39	431.148,50
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	16.510,29	11.668,57
Gastos de Ação Social	109.413,27	100.668,61
Outros Gastos com o Pessoal	195.399,47	172.253,80
Total	2.642.264,83	2.417.263,32

13 - Acontecimentos após a data do balanço

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Não surgiram eventos materiais após a data do balanço.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal em 20 de fevereiro 2017

14 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2016 e 2015, foram de 5.166,00€ em cada um dos períodos.

15 - Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Outros investimentos financeiros	7.880,53	5.727,38
Títulos da dívida pública	3.521,52	3.521,52
Outros títulos	74,82	74,82
Fundo de Compensação do Trabalho	4.284,19	2.131,04
Total	7.880,53	5.727,38

15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	3.485,00	2.505,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	3.485,00	2.505,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Créditos a receber” inclui os saldos relacionados com clientes e utentes, os quais se encontram desagregados da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	190.816,07	180.618,73
Utentes	32.633,16	41.936,95
Adiantamento Clientes e Utentes		
Utentes	-7.560,30	-7.511,15
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	13.025,57	13.025,57
Cliente e Utentes - Perdas por Imparidade		
Utentes	0,00	-2.640,00
Total	228.914,50	225.430,10

Nos períodos de 2016 e 2015 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2016	2015
Clientes		
Utentes	0,00	-2.640,00
Total	0,00	-2.640,00

15.4 Outros créditos a receber e outros ativos correntes

As rubricas “Créditos a receber” (excluindo “Clientes e Utentes”) e “Outros ativos correntes” tinham, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Outros créditos a receber	72.406,05	53.712,49
Remunerações a pagar ao pessoal	140,69	140,69
Adiantamentos ao pessoal	966,60	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	54.683,06	43.955,00
Outros Devedores	16.615,70	9.616,80
Outros ativos correntes	740,63	6,86
Fornecedores Conta Corrente	740,63	6,86
Total	73.146,68	53.719,35

15.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	17.686,33	27.757,18
Outras Despesas Diferidas	4.955,05	0,00
Total	22.641,38	27.757,18
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas	67.840,80	67.139,47
Receitas Utentes/Clientes	26.078,00	26.500,00
Contrato Alojamento Lar Hotel	0,00	6.690,00
IEFP	3.771,49	0,00
Total	97.690,29	100.329,47

15.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	1.096,06	545,75
Depósitos à ordem	244.610,29	135.154,87
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	245.706,35	135.700,62

15.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	84.037,39	89.596,36
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	84.037,39	89.596,36

15.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	36.160,68	60.203,66
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	36.160,68	60.203,66
Passivo		
Retenção de Imposto sobre o Rendimento - Trabalho Independente	1.794,64	4.501,12
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Retenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	21.761,36	19.482,36
Segurança Social	94.939,04	86.380,62
Outros Impostos e Taxas	1.310,20	686,28
Total	119.805,24	111.050,38

15.9 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		490,00		490,00
Cauções	0,00		0,00	
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		366.172,12		332.961,89
Outros credores		5.536,19		4.900,00
Adiantamentos de utentes		7.560,30		7.511,15
Total	0,00	379.758,61	0,00	345.863,04

15.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	981.407,55	1.008.158,02
Serviços especializados	359.086,13	493.292,35
Materiais	43.077,34	41.050,11
Energia e fluidos	274.484,23	274.402,81
Deslocações, estadas e transportes	1.716,95	3.183,88
Serviços diversos	78.638,44	102.150,32
Total	1.738.410,64	1.922.237,49

15.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	14.684,31	16.292,59
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	571.813,48	587.906,13
Outros rendimentos	93.261,00	97.275,36
Total	679.758,79	701.474,08

15.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	4.319,99	6.631,79
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dividas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	90,00	0,00
Gastos nos restantes ativos financeiros	0,00	145,65
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos	14.319,70	16.400,20
Total	18.729,69	23.177,64

15.13 Gastos de financiamento e Juros, dividendos e outros rendimentos similares

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Gastos de financiamento		
Juros suportados	864,57	2.095,20
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	864,57	2.095,20
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		
Juros obtidos	42,51	2.004,82
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	42,51	2.004,82

15.14 Subsídios e apoios obtidos

Os rendimentos obtidos relativos a subsídios e apoios à exploração foram:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo		
Acordos de Cooperação	1.465.267,10	1.389.706,29
Apoios do Governo		
ISS- programa de Emergência Alimentar	76.757,50	92.337,50
Outras Entidades- Abonos Família	28.091,46	28.475,98
IEFP - Financiamento Formação Profissional	13.995,91	8.552,27
Autarquias	1.211,21	134,35
Outros	64.081,51	12.023,60
Total	1.649.404,69	1.531.229,99

15.15 Detalhe dos empréstimos obtidos

Os montantes em aberto à data de 31 de dezembro de 2016 e 2015 de empréstimos obtidos eram os seguintes:

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	30.573,24	369.426,76	400.000,00	25.979,07	200.000,00	225.979,07
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00		0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	30.573,24	369.426,76	400.000,00	25.979,07	200.000,00	225.979,07

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2016			2015		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	304.986,74	152,69	305.139,43	796.000,00	155,64	796.155,64
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos	0,00	7.188,61	7.188,61	103.916,21	1.939,56	105.855,77
Total	304.986,74	7.341,30	312.328,04	899.916,21	2.095,20	902.011,41

Vila Real, 13 de março de 2017

O Técnico Oficial de Contas

A Mesa Administrativa





O ROC





Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Agradecimentos:

Muita ou pouca, esta atividade de 2016 envolveu muitas pessoas, direta ou indiretamente. Comungando da veracidade do ditado “o seu a seu dono”, queremos, aqui e agora, no encerramento deste Relatório, expressar o nosso agradecimento a quantos nos ajudaram a estar e a ser Mesários da nossa Santa Casa da Misericórdia, para sermos e fazermos Misericórdia:

1 – Pedindo desculpa para qualquer omissão ou “desordem” neste elenco, queremos nomear:

1.1. A Mesa da Assembleia Geral, nas pessoas do seu Presidente, Irmão Dr. Pedro Ramos, e dos seus Secretários, o Irmão Coronel Joaquim Sabino e o Irmão Eduardo Baptista da Silva, sempre atentos, sempre disponíveis, na sua missão de consubstanciar a Irmandade;

1.2. O Definitório, porque nos aconselhou a definir rumos e nos estimulou a prosseguir as metas planeadas, graças à ação do seu Presidente, o Irmão Professor Daniel Bastos, o Vice-Presidente, o Irmão José Rogério Fernandes, o Secretário-Relator, Irmão Alfredo Branco e os suplentes, os Irmãos Aníbal César Pinto da Mota, Óscar Monteiro Ferreira e Sílvio de Barros Pinto;

1.3. A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, fonte donde dimana o nosso agir, base onde se apoia a nossa condição de “Mesários”, particularmente aos indefetíveis Irmãos que, respondendo às convocações, apreciam, discutem as propostas, os Planos e/ou os Relatórios, mas também aos que, discordando, nos apontam caminhos alternativas.

2 – Referindo os que conosco são Misericórdia, o nosso agradecimento profundo e sincero vai também para quantos nos ajudam a fazer Misericórdia:

2.1. O nosso Bispo, Senhor D. Amândio Tomás, sempre disponível para presidir às nossas celebrações festivas e grande animador, através da sua palavra entusiástica, da nossa caminhada de bem fazer;

2.2. O Excelentíssimo Diretor do Centro Distrital da Segurança Social, o Médico Dr. José Rebelo, tão perspicaz nos diagnósticos dos problemas sociais e tão humano na sua resolução. Através dele, é mais visível a proximidade de um Ministério da Solidariedade Social;

2.3. E, pela função, é ainda maior a proximidade das Senhoras e Senhores do Centro Distrital da Segurança Social, a quem dão o nome genérico de Técnicos. Agradecemos aos que nos ajudam a fazer melhor em proveito dos nossos utentes;

2.4. Os Mesários são o rosto visível da Instituição. Têm o poder e a responsabilidade de tomar deliberações, que não agradam a todos. Normalmente, conhecem-se por isso. É justo, por isso que o Provedor realce, sobretudo, a sua dedicação permanente e a sua dedicada permanência e a sua absoluta abnegação. Para manter estes obreiros é que, apesar da minha idade, eu me recandidatei;



Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

2.5. Mas, tudo o que afirmei, no número anterior, só foi possível com a ajuda e sacrifício dos cônjuges e família. Por isso, a eles um voto de louvor e um redobrado agradecimento.

2.6. Os Presidentes e Técnicos (as) das Comissões Concelhias de Proteção de Crianças e Jovens, em especial aos de Vila Real, com os quais colaboramos em proveito das necessidades e emergências, cada vez mais frequentes;

2.7. O Tribunal de Família e Menores, que, manifestando confiança na nossa capacidade e disponibilidade, nos entregam as vítimas desta sociedade;

2.8. Centro Hospitalar e Centro de Saúde – com tantos idosos e tantas crianças ... com estas nossas colaboradoras, tão cuidadosas, que, ao primeiro sintoma, se preocupam com o estado de saúde desta nossa população, os médicos, enfermeiros, auxiliares de ação médica e outras, bem merecem, nesta relação, um destaque especial pelo cuidado especial com que nos atendem.

2.9. Os Recursos Humanos, deixados para último lugar, eles todos – desde os mais aos menos graduados – são os primeiros na escala das prioridades. Sem elas e eles, nós não faríamos Misericórdia. A nossa consideração!

Aqui chegados, não destacamos ninguém, dentre os(as) colaboradores(as), porque correríamos o risco de ser injustos, ... “porque nem tudo o que reluz é ouro”! ... E se alguém foi ignorado ou esquecido ... não o fizemos por mal. O que menos queremos é discriminar alguém pela negativa.


ANÁLISE RESULTADO LÍQUIDO POR RESPOSTA SOCIAL/ATIVIDADE

ANO 2016

GASTOS		Lar Escola Florinhas Neve 90121	Creche 90122	SOM 90124	Jardim 90125	CAV 90129	Centro Dia 90429	Lar 3ª Idade 90430	AD 90431	ADI 90432	UCCI 90433	Agricultura 90634	Rendas 90635	Lar Hotel 90636	Património 90637	Cantina Social 90640	Cozinha 90631	Lavandaria 90632	Encerramento 2016
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19.917,20 €	41.020,08 €	0,00 €	3.342,27 €	2.342,66 €	118,37 €	21.041,03 €	1.146,20 €	9,64 €	73.635,96 €	0,00 €	285,00 €	96.021,55 €	740,47 €	1.591,12 €	0,00 €	8.093,68 €	269.305,23 €
62	Fornecimentos e serviços externos	147.904,44 €	61.851,65 €	1.312,14 €	104.341,27 €	15.543,33 €	8.966,41 €	357.564,51 €	91.940,94 €	224,22 €	311.245,86 €	2.187,19 €	62.728,25 €	89.327,41 €	24.235,66 €	70.772,20 €	380.175,72 €	8.089,44 €	1.738.410,64 €
63	Gastos com o Pessoal	289.250,62 €	513.564,74 €	12.050,37 €	342.905,22 €	69.315,24 €	13.310,27 €	360.497,18 €	125.415,15 €	12.331,91 €	422.300,12 €	0,00 €	12.169,45 €	303.939,99 €	10.765,86 €	34.237,63 €	68.683,32 €	51.527,76 €	2.642.264,83 €
64	Gastos de depreciação e de amortização	48.783,20 €	17.386,54 €	0,00 €	13.175,92 €	6.429,39 €	121,84 €	102.265,93 €	15.676,51 €	65,33 €	50.532,76 €	1.314,03 €	55.314,87 €	25.473,36 €	29.504,58 €	5.866,15 €	3.497,62 €	5.152,62 €	380.560,65 €
65	Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
67	Provisões do período	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
68	Outros gastos e perdas	3.910,15 €	1.471,20 €	0,00 €	594,59 €	167,01 €	54,30 €	3.323,52 €	2.629,14 €	29,11 €	3.616,12 €	0,00 €	2.177,17 €	170,91 €	301,90 €	284,57 €	0,00 €	0,00 €	18.729,69 €
69	Gastos e perdas de financiamento	54,84 €	100,43 €	0,00 €	40,60 €	11,40 €	3,71 €	46,35 €	88,39 €	1,99 €	100,12 €	0,00 €	893,84 €	33,66 €	-530,16 €	19,40 €	0,00 €	0,00 €	864,57 €
Total de Gastos		509.820,45 €	635.394,64 €	13.362,51 €	464.399,87 €	93.809,03 €	22.574,90 €	844.738,52 €	236.896,33 €	12.662,20 €	861.430,94 €	3.501,22 €	133.568,58 €	514.966,88 €	65.018,31 €	112.771,07 €	452.356,66 €	72.863,50 €	5.050.135,61 €

RENDIMENTOS		Lar Escola Florinhas Neve 90121	Creche 90122	SOM 90124	Jardim 90125	CAV 90129	Centro Dia 90429	Lar 3ª Idade 90430	AD 90431	ADI 90432	UCCI 90433	Agricultura 90634	Rendas 90635	Lar Hotel 90636	Património 90637	Cantina Social 90640	Cozinha 90631	Lavandaria 90632	Encerramento 2015
71+72	Vendas e Prestações de serviços	1.929,23 €	174.130,59 €	0,00 €	157.819,81 €	124,97 €	11.794,32 €	358.559,48 €	70.003,25 €	2.052,55 €	857.630,72 €	0,00 €	641,22 €	385.477,80 €	0,00 €	847,30 €	0,00 €	0,00 €	2.021.011,24 €
73	Variações nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	64.301,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	113.099,97 €	0,00 €	0,00 €	452.356,66 €	72.681,37 €	702.439,90 €
75	Subsídios, doações e legados à exploração	400.670,42 €	390.390,83 €	0,00 €	238.001,57 €	57.803,02 €	13.507,44 €	270.705,44 €	174.775,66 €	9.122,92 €	8.176,16 €	0,00 €	3.992,71 €	1.899,19 €	1.995,85 €	78.363,48 €	0,00 €	0,00 €	1.649.404,69 €
76	Reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
78	Outros rendimentos e ganhos	21.316,12 €	-37,26 €	0,00 €	3.640,13 €	665,79 €	0,75 €	54.440,01 €	4.595,93 €	0,39 €	4.716,72 €	0,00 €	571.919,12 €	14.383,48 €	0,00 €	3.977,99 €	0,00 €	182,13 €	679.801,30 €
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total de Rendimentos		423.915,77 €	628.786,06 €	0,00 €	399.461,51 €	58.593,78 €	25.302,51 €	683.704,93 €	249.374,84 €	11.175,86 €	870.523,60 €	0,00 €	576.553,05 €	514.860,44 €	1.995,85 €	83.188,77 €	452.356,66 €	72.863,50 €	5.052.657,13 €

Resultado Líquido por valência -85.904,68 € -6.608,58 € -13.362,51 € -64.938,36 € -35.215,25 € 2.727,61 € -161.033,59 € 12.478,51 € -1.486,34 € 9.092,66 € -3.501,22 € 442.984,47 € -106,44 € -63.022,46 € -29.582,30 € 0,00 € 0,00 € 2.521,52 €


A Mesa Administrativa


O Contabilista